



O pensamento científico, desde a antiguidade clássica, sempre ponderou que mais importante do que ter respostas é saber perguntar. É a pergunta pertinente que induz à reflexão e ao achado científico que produz a resposta correta. O campo da atividade contratual de estado que se pretenda democrático de direito é, por sua extensão e complexidade, excelente laboratório para perguntas e respostas. É o que a reunião de mil perguntas e respostas sobre licitação e contrato administrativo almeja – já incorporando as primeiras indagações que sugere a Lei nº 13.303/16, que vem dispor sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios – oferecer aos profissionais do cotidiano dessa atividade, em todos os quadrantes da federação brasileira, com os mais sinceros e modestos votos de que lhes seja útil, no presente e para o futuro de nossa gestão pública.

Autores

Jessé Torres Pereira Junior
Marinês Restelatto Dotti

1000

PERGUNTAS E RESPOSTAS NECESSÁRIAS SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA

Área específica
Direito Administrativo.

Áreas afins
Direito Constitucional, Direito Administrativo,
Direito Financeiro e Direito Penal.

Público-alvo/consumidores
Membros de comissões de licitação, assessores e procuradores jurídicos, advogados, pregoeiros, membros de equipes de apoio, auditores, gestores e fiscais de contratos, profissionais de departamentos de compras, de controle interno e externo e demais agentes públicos envolvidos nos procedimentos de contratação.

FORMATO: 17 X 24 cm
CÓDIGO: 10001102

P426m Pereira Junior, Jessé Torres

Mil perguntas e respostas necessárias sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira/Jessé Torres Pereira Junior, Marinês Restelatto Dotti.– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

1543 p.

ISBN 978-85-450-0218-5

1. Direito administrativo. 2. Direito constitucional. 3. Direito Financeiro. I. Dotti, Marinês Restelatto. II. Título.

CDD: 342

CDU: 341.3

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres; DOTTI, Marinês Restelatto. Mil perguntas e respostas necessárias sobre licitação e contrato administrativo na ordem jurídica brasileira. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 1543 p. ISBN 978-85-450-0218-5.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO69

ACESSIBILIDADE

1. A administração pública deve atender às normas de acessibilidade em prédios que edifica, utiliza ou de que é proprietária?.....75

ACORDO (TERMO) DE COOPERAÇÃO

2. É necessário processo seletivo prévio para a celebração de acordo de cooperação?78

3. É legal a utilização de termo de cooperação técnica para a celebração de ajuste com instituição financeira, responsável por abertura e gerenciamento de conta-depósito vinculada, instituída pela Instrução Normativa nº 05, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão?79

ADJUDICAÇÃO

4. Qual a finalidade do ato de adjudicação e a quem compete?80

AMOSTRA

5. Qual a importância da exigência de amostra na licitação?82

6.	Pode a administração pública optar pela análise técnica do produto quando de sua entrega pelo contratado, em lugar da exigência de amostra na fase de julgamento das propostas?.....	82
7.	A exigência de amostra é compatível com todas as modalidades licitatórias da Lei nº 8.666/93 (concorrência, tomada de preços e convite) e também com o pregão?.....	83
8.	Pode a comissão de licitação ou o pregoeiro exigir a apresentação de amostra sem previsão no edital?	83
9.	É apropriada a previsão, em edital, de que o pregoeiro “poderá” solicitar amostra do produto na fase de julgamento das propostas?.....	84
10.	Em que fase do procedimento licitatório é legítima a apresentação de amostra pelo licitante?	84
11.	Qual instrumento deve contemplar as especificações do produto, necessárias para a aferição da amostra?.....	85
12.	Compete à comissão de licitação ou ao pregoeiro analisar a amostra?	86
13.	Inexistindo equipe ou servidor técnico especializado para a análise de amostra, qual a solução a ser adotada pela administração?	86
14.	Tratando-se de licitação dividida em itens, como deve ser o procedimento para análise de amostra?	87
15.	É possível exigir a apresentação de amostra quando o critério de julgamento da proposta basear-se no menor preço do lote/grupo?	87
16.	Deve ser garantido aos licitantes o acompanhamento da análise de amostra? ...	87
17.	O que é prova de conceito?	88
18.	Em que momento procedimental deve ser exercido o direito à contraprova pelo licitante, em decorrência da rejeição de amostra?	89
19.	A amostra examinada deve ser devolvida ao licitante?.....	90
20.	É possível reter amostra aprovada, abatendo-a da quantidade a ser entregue pelo contratado?.....	90
21.	Como proceder quando for necessária a análise de amostra de produto de considerável porte físico?.....	91
22.	A desclassificação de licitante, por rejeição de amostra, deve estar fundada em laudo ou parecer técnico?	91
23.	A não apresentação de amostra exigida é causa de aplicação de sanção? E se o edital estabelecer que determinado documento deve acompanhar a amostra, a não apresentação daquele enseja a aplicação de sanção administrativa?	91

ASSISTÊNCIA TÉCNICA/GARANTIA DO OBJETO

24.	Na compra de bens, a administração deve prever a obrigação de o fornecedor contratado prestar assistência técnica?	92
25.	Qual a importância da exigência de garantia do objeto no edital ou no contrato?	93

AUTENTICAÇÃO DE DOCUMENTOS

26. À falta de definição no instrumento convocatório, é possível autenticar documentos de habilitação dos licitantes na sessão de entrega dos envelopes? 93
27. Como deve proceder a administração em face de comprovada falsificação de assinatura ou de autenticação de documento entregue por licitante ou contratado? 94

ATO ILÍCITO

28. Qual o prazo prescricional do direito acionário de pedir a reparação de danos decorrentes de ato ilícito praticado pelo contratado? 95

BENS PÚBLICOS – ALIENAÇÃO

29. A alienação de bens pela administração pública deve ser precedida de licitação?..... 98
30. Quais os requisitos que, de ordinário, devem instruir o processo licitatório destinado à alienação de bens?..... 99
31. A alienação de bem do patrimônio público, por preço inferior ao de mercado, deve ser anulada?..... 100
32. Podem ser alienados bens imóveis da administração pública, cuja aquisição haja derivado de procedimentos judiciais ou de dação em pagamento? 101
33. Em concorrência para alienação de imóveis do patrimônio da União, o depósito de caução de participação na licitação corresponderá a 10% (dez por cento) ou a 5% (cinco por cento) do valor respectivo de avaliação?..... 101
34. Em concorrência para a venda de bens imóveis, na fase de habilitação, além de caução também deve ser exigida a comprovação de regularidades fiscal e trabalhista dos licitantes?..... 102
35. O disposto no art. 17, I, “b” e II, “b”, da Lei nº 8.666/93 aplica-se a estados, municípios e Distrito Federal? 104
36. A modalidade licitatória própria para a alienação de bens imóveis é concorrência ou leilão?..... 105

CARTA DE SOLIDARIEDADE

37. É legítima a exigência de carta de solidariedade do fabricante do produto?..... 106

CARTÃO DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

38. Em que consiste o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)? 107
39. Quais as despesas que podem ser pagas mediante saque?..... 110

40.	Devem ser divulgados os gastos efetuados com o Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF)?.....	111
-----	--	-----

CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

41.	Na sistemática do procedimento licitatório da Lei nº 8.666/93, é possível estabelecer o exame das propostas de preços antes da etapa de habilitação?.....	113
42.	A ausência de assinatura na proposta é motivo de desclassificação?.....	113
43.	É legítima a desclassificação de proposta por ausência de rubrica em suas folhas?.....	114
44.	O disposto no art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93 é de aplicação facultativa ou obrigatória?.....	115
45.	A regra prevista no art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93 pode ser aplicada, indistintamente, nas duas etapas (habilitação e proposta) do procedimento licitatório?	116
46.	A existência de apenas um competidor em determinada fase do certame impede a aplicação do art. 48, §3º, da Lei nº 8.666/93?.....	116
47.	É desclassificável a proposta que adote alíquotas de encargos diversas das previstas na legislação vigente?	117
48.	Erro no preenchimento da planilha de preços é motivo de desclassificação de proposta?.....	118
49.	É possível a aceitação de preços irrisórios ou de valor zero?.....	119
50.	Em licitação por preço global, cujo critério de aceitabilidade de proposta considere os preços praticados pelo mercado, cabe desclassificar proposta cujo preço unitário, constante de planilha de formação de custos, seja superior ao estimado pela administração?.....	120
51.	Quais as consequências resultantes da classificação de proposta com base em critério desconforme com os requisitos do edital?	122
52.	A administração pública pode utilizar, como parâmetro para a aceitação de proposta, preços ofertados por outros licitantes?.....	123
53.	É admissível ajustar o critério de julgamento de proposta, na hipótese de o produto ofertado apresentar qualidade superior à especificada no edital?.....	123
54.	A mudança de configuração do objeto licitado demanda outra estimativa de preço e a realização de nova licitação?.....	124
55.	É legal estabelecer, no edital, faixa de variação em relação a preços de referência, como critério de aceitabilidade de preço?	125
56.	Na análise das propostas técnicas, a comissão de licitação pode restringir-se a emitir notas/conceitos, tais como regular, bom, ótimo, atende ou não atende?	126
57.	Vício formal é motivo de desclassificação de proposta?	127
58.	É lícita previsão editalícia que autorize a administração a alterar valores	

	das propostas dos licitantes?	130
59.	Após a fase de lances no pregão, presencial e eletrônico, é necessário que o licitante declarado vencedor atualize a sua proposta? Pode ocorrer desclassificação nessa etapa?	132
60.	Pode o edital de licitação estabelecer percentual ou margem de aceitação de proposta de preço?.....	133
61.	A ausência de critério de julgamento de proposta no edital constitui motivo para anular a licitação e o contrato decorrente?.....	135
62.	São absolutas as causas de desclassificação de propostas previstas no art. 29, <i>caput</i> , da Instrução Normativa nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão?.....	136
63.	Salário inferior ao estabelecido em acordo coletivo de trabalho enseja a desclassificação de proposta de preço que assim haja formulado?.....	138
64.	É legítima a classificação de proposta de empresa, em licitação cujo objeto caracterize atividade econômica distinta da atividade principal que vincula a empresa ao regime de desoneração da Lei nº 12.546/11?.....	139
65.	Admite-se, na sessão de julgamento de propostas, a inclusão posterior de documento que já as deveria acompanhar originariamente?	141
66.	É lícito edital exigir dos licitantes a descrição detalhada do objeto na proposta de preço?.....	141

COMISSÃO DE LICITAÇÃO/PREGOEIRO

67.	O art. 51, da Lei nº 8.666/93, exige que 2/3 dos membros de comissão de licitação pertençam aos quadros permanentes da administração, ou que, no mínimo, dois de seus integrantes pertençam a esses quadros?	142
68.	Ocupante de cargo em comissão pode integrar comissão de licitação?.....	143
69.	A cota mínima de 2/3 dos membros da comissão de licitação, advinda do quadro permanente do órgão, é extensiva aos membros substitutos?.....	145
70.	A elaboração de edital se inclui entre as atribuições da comissão de licitação e do pregoeiro?.....	145
71.	A comissão de licitação ou o pregoeiro pode diligenciar com o fim de suprir a ausência de informações na proposta?.....	147
72.	Como deve proceder a comissão de licitação ou o pregoeiro diante da apresentação, por licitante, de documento forjado ou falso?	148
73.	Pregoeiro, membro de equipe de apoio ou membro de comissão de licitação, na condição de servidor público, pode integrar sociedade empresarial?	150
74.	Terceiro estranho à administração pode ser designado pregoeiro?.....	150
75.	Quantos devem ser os integrantes da equipe de apoio ao pregoeiro?	151

COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE NORMAS ATINENTES A LICITAÇÕES E

CONTRATAÇÕES

76. Estados, municípios e Distrito Federal podem legislar sobre normas atinentes a licitações e contratações administrativas? 151

CONDIÇÕES RESTRITIVAS À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

77. É legítimo incluir, em editais de licitação, regra que somente admita a participação de licitantes portadores de certificado de registro cadastral ou apresentem certificado emitido pelo órgão condutor da licitação?..... 154
78. Pode o edital, em licitação para a contratação de serviço ou obra, estabelecer que as licitantes comprovem dispor de escritório, representação ou qualquer outra estrutura física com suporte técnico, no âmbito do município onde será prestado ou executado o respectivo objeto? 156
79. Quando deve ser exigida a comprovação de rede credenciada, em licitação para a contratação de serviço de administração ou gerenciamento?..... 158
80. O edital pode exigir dos licitantes que mantenham os profissionais terceirizados de contrato anterior, na premissa de haverem prestado serviços de qualidade à administração?..... 161
81. É legítima a exigência, na licitação, de certificado da série International Organization for Standardization – ISO?..... 162
82. É possível a exigência, na licitação, de laudo para a comprovação da qualidade do objeto? 165
83. É possível a exigência, na licitação, de certificação da qualidade do produto ou de seu processo de fabricação?..... 168
84. É legítima a exigência, na licitação, de Certificado de Boas Práticas de Fabricação e Controle?..... 175
85. É legítima a fixação, no edital, de prazo para o início de funcionamento ou operação do objeto licitado? 180
86. É legítima a exigência do emprego de cartão magnético, contendo microprocessador com chip, como ferramenta de controle na prestação de serviços de gerenciamento? 180
87. É legal a fixação, no edital da licitação, de limites salariais mínimos a serem pagos pela empresa contratada a seus empregados?..... 183
88. É legítima a exigência, no edital, do fornecimento, pelo licitante, de informações meramente indicativas?..... 189
89. É legítimo estabelecer, nos editais de licitação, limite de distância entre a sede do prestador do serviço ou fornecedor do bem e a do órgão licitante? 190
90. É lícita a exigência, em edital de licitação, de que os produtos cotados na proposta sejam, necessariamente, de fabricação nacional?..... 191
91. É legal a exigência, para fins de comprovação da qualidade do café a ser fornecido, de certificado emitido pela Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC)? 193

92.	É legítima, quando da aquisição de café pela administração pública, a estipulação de faixa aceitável de pontos na escala sensorial?.....	195
93.	É lícito exigir a comprovação de caução pelo licitante, em data anterior à da licitação?	197
94.	É legítima a aquisição de bem produzido por fabricante específico?	198
95.	É lícito à administração exigir do vencedor da licitação destinação exclusiva de veículos, máquinas e equipamentos, para a execução do objeto do contrato?	199
96.	Qual o sentido da exigência de declaração de inexistência de fato impeditivo, prevista no art. 32, §2º, da Lei nº 8.666/93?.....	200
97.	Qual o sentido da exigência de declaração de que a proposta se encontra em conformidade com o edital?.....	201
98.	Qual o sentido da declaração de elaboração independente de proposta, prevista na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02, de 2009?.....	201
99.	Pode o edital vedar que o licitante vencedor de um dos lotes (grupos), ou que ofertar proposta para um dos lotes (grupos) da licitação, ofereça proposta para outro?.....	202
100.	É legal privilegiar proposta que contemple valores relativos a impostos pagos à Fazenda Pública do Estado-membro que promove a licitação?.....	203

CONSÓRCIO

101.	Empresa proibida de contratar com o ente licitador pode participar de certame perante esse ente, integrando consórcio?.....	205
102.	A decisão que afasta ou que admite a participação de consórcios no certame deve ser motivada?.....	209
103.	A formação de consórcios afasta eventual restrição à competitividade decorrente do não parcelamento do objeto?.....	211
104.	Pode-se limitar o número de empresas participantes no consórcio?.....	213
105.	É regular a exigência de garantia a cada uma das empresas participantes de consórcio, mesmo que em proporção à participação de cada qual?.....	215
106.	É legítima a exigência de que cada integrante do consórcio apresente todos os documentos de qualificação técnica?	217
107.	No exame da qualificação econômico-financeira de integrantes de consórcios, como deve proceder a administração no cumprimento do disposto no art. 33, III, da Lei nº 8.666/93?.....	218
108.	É legítima a participação de consórcios em licitação do tipo técnica e preço para a prestação de serviços especializados de advocacia?	221
109.	É possível substituir empresa integrante do consórcio, na fase de execução do contrato?.....	222
110.	Há responsabilidade solidária de empresa consorciada por atos praticados pelo consórcio durante o contrato, mesmo que não tenha	

participado da respectiva execução?	223
---	-----

CONTRATAÇÕES DIRETAS – ASPECTOS GERAIS

111. Norma de hierarquia inferior a lei, como decreto, instrução normativa, portaria ou resolução, pode estabelecer hipótese de exceção ao dever geral de licitar?.....	223
112. Existem hipóteses de dispensa de licitação além das previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93?	224
113. Quais os requisitos a serem atendidos pela administração pública quando da contratação direta de gêneros alimentícios com recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)?.....	229
114. Quais os requisitos a serem atendidos pela administração pública quando da contratação direta de compra mediante o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)?	231
115. Quais documentos de habilitação são obrigatórios nas contratações diretas?	235
• regularidade jurídica	235
• regularidade fiscal.....	235
• regularidade trabalhista.....	237
• declaração de cumprimento das normas de proteção ao menor	
• trabalhador.....	238
• qualificação técnica	238
• impedimentos	239
116. Quais os elementos que, de ordinário, devem instruir o processo administrativo de contratação direta?.....	239
117. Qual a distinção entre dispensa e inexigibilidade de licitação?	242
118. As hipóteses de dispensa de licitação previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 são taxativas?.....	243
119. A análise da inexigibilidade deve preceder a de dispensa de licitação?.....	243
120. Nas contratações diretas de compras, há documento que desempenhe a função de projeto básico?	244

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR (ART. 24, I E II)

121. A realização de contratações frequentes do mesmo objeto, no mesmo exercício financeiro, em valores globais que excedam o limite legal de dispensa de licitação, caracteriza fracionamento indevido de despesas?	244
122. A natureza da despesa (classificação orçamentária) produz efeito jurídico na hipótese de contratação direta com base no pequeno valor?	247
123. Os índices adotados nos incisos I e II, do art. 24, da Lei nº 8.666/93 admitem ampliação?	249

124. Nas dispensas baseadas no pequeno valor do objeto, a administração pública deve preferir a contratação de entidades de menor porte?.....250
125. A preferência às entidades de menor porte nas contratações diretas pelo valor, prevista no art. 49, IV, da Lei Complementar nº 147/14, é extensiva a obras e serviços?251
126. É legal a aquisição de bens por meio de dispensa de licitação em razão do valor, sem indicação, no respectivo processo administrativo, de unidades e quantitativos necessários?251

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DO PEQUENO VALOR, PROCESSADA POR MEIO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA

127. Em que consiste o sistema de cotação eletrônica?252
128. Qual deve ser o prazo de pagamento, no sistema de cotação eletrônica?253
129. Quais os requisitos necessários à instrução de processos administrativos de cotação eletrônica?253

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM CASO DE GUERRA OU GRAVE PERTURBAÇÃO DA ORDEM (ART. 24, III)

130. O estado de defesa e o estado de sítio também ensejam a contratação direta com base no art. 24, III, da Lei nº 8.666/93?254

DISPENSA DE LICITAÇÃO EM RAZÃO DE EMERGÊNCIA OU DE CALAMIDADE PÚBLICA (ART. 24, IV)

131. São cumulativos os requisitos previstos no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, autorizadores da contratação direta decorrente de emergência ou de calamidade pública?.....254
132. Nas contratações diretas de obra ou serviço, com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, é necessário projeto básico?255
133. É lícita a contratação direta com fulcro no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, que ultrapasse a dimensão e os limites da preservação dos valores em risco?.....256
134. As contratações diretas amparadas no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93 podem ultrapassar cento e oitenta dias?.....256
135. Nos contratos emergenciais, o termo inicial para a contagem do prazo de cento e oitenta dias de sua vigência admite retardamento?257
136. Desídia administrativa autoriza a contratação direta com base no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93?258
137. A precariedade de bens e serviços públicos, equiparável a “urgência controlada”, autoriza a contratação direta fundada no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93?.....259
138. Problemas sazonais e, portanto, previsíveis, autorizam a contratação direta baseada no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93?260

139. Na contratação baseada no art. 24, IV, da Lei nº 8.666/93, a razão da escolha do contratado deve basear-se exclusivamente no menor preço?261

DISPENSA DECORRENTE DE LICITAÇÃO DESERTA (ART. 24, V)

140. Como distinguir licitação fracassada de licitação deserta?261
141. É legítima a contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, havendo tempo hábil para a repetição do certame?.....262
142. Na contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, devem ser mantidas todas as condições preestabelecidas na licitação?.....263
143. Como justificar o preço contratado com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93?263
144. É aplicável a contratação direta, com base no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93, em licitação anteriormente deserta para a alienação de bens?.....264
145. Quais os requisitos a serem observados pela administração pública na contratação direta com fundamento no art. 24, V, da Lei nº 8.666/93?264

DISPENSA DE LICITAÇÃO COMO MEIO DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (ART. 24, VI)

146. Qual o propósito da contratação direta realizada com base no art. 24, VI, da Lei nº 8.666/93?265

CONTRATAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE LICITAÇÃO FRUSTRADA (ART. 24, VII)

147. Quais os requisitos da contratação direta com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93?.....266
148. É legal a aplicação do art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93 na hipótese de proposta desclassificada por desatendimento ao objeto licitado?267
149. Licitante participante de certame frustrado e disposto a oferecer preço mais vantajoso pode ser contratado com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93?267
150. Aplica-se a dispensa baseada no art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93 a licitação frustrada na modalidade convite?267
151. Na contratação direta do art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93, é possível a aquisição de objeto com características distintas das fixadas no edital?268
152. As condições de habilitação exigidas no edital de licitação frustrada devem ser as mesmas para a contratação direta com base no art. 24, VII, da Lei nº 8.666/93?268

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO OU ENTIDADE INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 24, VIII)

153. Quais os requisitos da contratação direta prevista no art. 24, VIII, da Lei

nº 8.666/93?	269
154. É possível afastar-se o limite temporal de criação do órgão ou entidade integrante da administração pública, estabelecido no inciso VIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, para o efeito de contratação direta?	270
155. Empresa pública ou sociedade de economia mista que exerça atividade econômica pode ser contratada com fundamento no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93?	270

DISPENSA DE LICITAÇÃO POR RAZÕES DE SEGURANÇA NACIONAL (ART. 24, IX)

156. Quais os requisitos da hipótese de contratação direta prevista no art. 24, IX, da Lei nº 8.666/93?	272
---	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO OU COMPRA DE IMÓVEL PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ART. 24, X)

157. Quais os requisitos da hipótese de contratação direta prevista no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93?.....	273
158. A justificativa do preço da locação ou da compra e venda de imóvel, na hipótese de aquisição pela administração pública, deve basear-se em que fontes de pesquisa?	273
159. Aplica-se o limite temporal do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93 aos contratos de locação em que a administração pública figure como locatária?	274
160. Contratos de locação celebrados com amparo no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 podem ter prazo de vigência indeterminado?	275
161. Não sendo prorrogado, o contrato de locação, celebrado com fulcro no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93, passa a vigor por prazo indeterminado?	275
162. É legítimo o chamamento, como procedimento prévio à contratação com base no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93?	276
163. É legítima a aplicação do disposto no art. 24, X, da Lei nº 8.666/93 a contratos de construção ajustada, de locação sob medida ou de operação <i>built to suit</i> ?	276
164. No contrato de locação de imóvel, sendo locatária a administração pública, há a necessidade de autorização formal do locador para a introdução de benfeitorias?.....	279

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE REMANESCENTE (ART. 24, XI)

165. Quais os requisitos da hipótese de contratação direta prevista no art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93?	279
166. É legítima a contratação direta do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93, em presença de vícios insanáveis no procedimento licitatório ou no contrato?.....	281
167. Cabe a contratação direta do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93, quando a rescisão do contrato decorre do implemento do prazo?.....	281

168. Qual deve ser o prazo de duração do contrato celebrado com fundamento no art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93?282
169. O contrato administrativo celebrado para a execução de remanescente do objeto admite reajuste ou repactuação de seu valor?282
170. É possível a aplicação do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93 à rescisão amigável de contrato?283
171. É possível a aplicação do art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93 antes do início da obra, do serviço ou da entrega do bem?284

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS (ART. 24, XII)

172. Quais os requisitos a serem observados pela administração pública à contratação direta com fundamento no art. 24, XII, da Lei nº 8.666/93?285

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BRASILEIRA INCUMBIDA DE PESQUISA, ENSINO OU DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, OU DE INSTITUIÇÃO DEDICADA À RECUPERAÇÃO SOCIAL DO PRESO (ART. 24, XIII)

173. Quais os requisitos a serem observados pela administração pública à contratação direta com fundamento no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93?285
174. Serviço de realização de concurso público pode ser contratado com base no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93?286
175. As Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e as Instituições Científicas e Tecnológicas (ICTs) podem contratar fundações de apoio com base no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93?.....287

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ATENDER A ACORDO INTERNACIONAL (ART. 24, XIV)

176. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XIV, da Lei nº 8.666/93?288

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO OU RESTAURAÇÃO DE OBRAS DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (ART. 24, XV)

177. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XV, da Lei nº 8.666/93?.....289
178. Qual o traço distintivo entre a contratação direta com base no art. 25, II, c/c o art. 13, VII (inexigibilidade), e a do art. 24, XV, da Lei nº 8.666/93 (dispensa)?.....289

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ATIVIDADES DE IMPRESSÃO E EDIÇÃO (ART. 24, XVI)

179. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XVI, da Lei nº 8.666/93?290

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DURANTE O PERÍODO DE

GARANTIA TÉCNICA (ART. 24, XVII)

180. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93?.....290

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES OU TROPAS (ART. 24, XVIII)

181. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XVIII, da Lei nº 8.666/93?291

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA COMPRAS DE INTERESSE DAS FORÇAS ARMADAS (ART. 24, XIX)

182. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XIX, da Lei nº 8.666/93?292

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA POR ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (ART. 24, XX)

183. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XX, da Lei nº 8.666/93?.....292

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DESTINADOS À PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (ART. 24, XXI)

184. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXI, da Lei nº 8.666/93?293

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO OU SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA E GÁS NATURAL COM CONCESSIONÁRIO, PERMISSIONÁRIO OU AUTORIZADO (ART. 24, XXII)

185. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXII, da Lei nº 8.666/93?.....294

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO ENTRE EMPRESA PÚBLICA OU SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA E SUAS SUBSIDIÁRIAS OU CONTROLADAS (ART. 24, XXIII)

186. Quais os requisitos que autorizam a dispensa de licitação com base no art. 24, XXIII, da Lei nº 8.666/93?296

187. Nos casos em que a entidade contratante não for a controladora, é possível a dispensa de licitação com base no art. 24, XXIII, da Lei nº 8.666/93?297

188. O que se entende por empresa *controlada*, para efeito de aplicação do disposto no art. 24, XXIII, da Lei nº 8.666/93?298

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS COM ORGANIZAÇÕES SOCIAIS (ART. 24, XXIV)

189. É possível concluir que o Supremo Tribunal Federal, na ADI nº

	1.923/DF, admite a dispensa de licitação para a contratação de serviços por organizações sociais, qualificadas no âmbito das respectivas esferas de governo, para a execução de atividades previstas no contrato de gestão?.....	299
190.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93?.....	304
191.	A licitação dispensável do art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93 abrange contrato de prestação de serviços com Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip)?.....	305

DISPENSA DE LICITAÇÃO NA CONTRATAÇÃO REALIZADA POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (ICT) OU POR AGÊNCIA DE FOMENTO PARA A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA E PARA O LICENCIAMENTO DE DIREITO DE USO OU DE EXPLORAÇÃO DE CRIAÇÃO PROTEGIDA (ART. 24, XXV)

192.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXV, da Lei nº 8.666/93?.....	307
------	---	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE PROGRAMA COM ENTE DA FEDERAÇÃO OU COM ENTIDADE DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS DE FORMA ASSOCIADA, CONFORME AUTORIZADO EM CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO OU EM CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (ART. 24, XXVI)

193.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93?	308
------	---	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES OU COOPERATIVAS DE COLETA, PROCESSAMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ART. 24, XXVII)

194.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXVII, da Lei nº 8.666/93?	309
------	--	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA O FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS ENVOLVENTES DE COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (ART. 24, XXVIII)

195.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXVIII, da Lei nº 8.666/93?.....	309
------	--	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS VISANDO A ATENDER A FORÇAS MILITARES BRASILEIRAS EM OPERAÇÕES DE PAZ NO EXTERIOR (ART. 24, XXIX)

196.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXIX, da Lei nº 8.666/93?.....	310
------	--	-----

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO OU ORGANIZAÇÃO, PÚBLICA OU PRIVADA, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL (ART. 24, XXX)

197.	Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento	
------	---	--

no art. 24, XXX, da Lei nº 8.666/93?311

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AS CONTRATAÇÕES QUE VISEM AO CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NOS ARTS. 3º, 4º, 5º E 20 DA LEI Nº 10.973/04 (ART. 24, XXXI)

198. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXXI, da Lei nº 8.666/93?.....312

DISPENSA DE LICITAÇÃO NA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA A TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE (SUS) (ART. 24, XXXII)

199. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXXII, da Lei nº 8.666/93?314

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE CISTERNAS OU OUTRAS TECNOLOGIAS SOCIAIS DE ACESSO À ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO E PRODUÇÃO DE ALIMENTOS (ART. 24, XXXIII)

200. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXXIII, da Lei nº 8.666/93?315

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO, POR PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (ART. 24, XXXIV)

201. Quais os requisitos que autorizam a contratação direta com fundamento no art. 24, XXXIV, da Lei nº 8.666/93?.....316

CONTRATAÇÃO DIRETA

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

202. A contratação com base na inexigibilidade de licitação exige justificativa?318

203. A inexigibilidade de licitação prevista no caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 estende-se à alienação de bens?320

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – FORNECEDOR, PRESTADOR OU EXECUTOR EXCLUSIVO (ART. 25, I, DA LEI Nº 8.666/93)

204. A hipótese de inexigibilidade prevista no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93 é exclusiva para a compra de bens?320

205. Quais os requisitos a serem observados pela administração pública para legitimar a aquisição de um bem por meio de inexigibilidade de licitação, com base no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93?.....321

206. A empresa privada, única na prestação do serviço, na execução da obra ou no fornecimento do bem, pode emitir carta de exclusividade?324

207. A administração pública deve certificar-se da autenticidade da carta de exclusividade fornecida com base no art. 25, I, da Lei nº 8.666/93?325

208. É lícita a contratação direta do fornecimento de livros, com base em inexigibilidade de licitação?.....326
209. Em caso de fornecedor único cotar preço superfaturado, como deve proceder a administração em razão da necessidade de contratar?327

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

(ART. 25, II, DA LEI Nº 8.666/93)

210. Em que consiste o requisito da singularidade previsto no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93?.....329
211. Não comprovada a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviço técnico profissional especializado, como deve proceder a administração pública?.....329
212. Como se caracteriza a notória especialização prevista no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93?.....330
213. Na contratação por inexigibilidade de licitação prevista no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93, a apresentação de currículo é suficiente à demonstração da notória especialização do contratado?331
214. A prestação de serviços contínuos concilia-se com a contratação por inexigibilidade de licitação, prevista no art. 25, II, da Lei nº 8.666/93?332
215. A contratação de professores e entidades, especializados em promover cursos de capacitação a servidores, pode efetivar-se com base em inexigibilidade de licitação?333

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO – CONTRATAÇÃO DE ARTISTA (ART. 25, III, DA LEI Nº 8.666/93)

216. A contratação de artista com base na inexigibilidade de licitação exige a apresentação de contrato de exclusividade celebrado entre o artista e seu empresário?334

CONTRATO ADMINISTRATIVO

217. Quais os contratos que exigem formalização mediante termo e quais os que permitem a formalização por outro instrumento?335
218. Qual é o instrumento formalizador de contrato resultante de pregão?.....338
219. Qual o instrumento jurídico que deve ser utilizado para formalizar o ajuste entre órgãos da administração pública federal e a Escola de Administração Fazendária (ESAF)?.....340
220. Qual o instrumento jurídico que deve ser utilizado para formalizar o ajuste entre órgãos da administração pública federal e a Imprensa Nacional?343
221. O que é contrato por escopo?.....344

222.	É legítima a execução de objeto sem contrato formalizado?.....	347
223.	É regular o contrato <i>guarda-chuva</i> ?.....	348
224.	Qual a diferença entre contrato administrativo e convênio?.....	349
225.	Tem natureza contratual a relação jurídica da administração com instituição financeira a que se conceda exclusividade na prestação de serviço de pagamento de remuneração a servidores públicos?	354
226.	É admitido o início da execução de objeto emergencial sem a celebração do respectivo contrato?.....	356
227.	O que são contratos de valor estimado?.....	357
228.	É legítima a aplicação de normas regentes das relações privadas aos contratos administrativos?	359
229.	O que são contratos regidos por normas predominantemente de direito privado, a que alude o art. 62, §3º, I, da Lei nº 8.666/93?	359
230.	O contrato de comodato, celebrado pela administração pública, enquadra-se no disposto no art. 62, §3º, I, da Lei nº 8.666/93?	361
231.	É exigível o reconhecimento de firma no contrato administrativo?	362
232.	É necessária a assinatura de testemunhas no termo de contrato administrativo?	362
233.	É admissível o contrato administrativo verbal?.....	363
234.	A inexistência de contrato formalizado afasta a obrigação de pagamento pela execução do objeto?	363
235.	A administração pública é obrigada a firmar termo de contrato após a homologação do procedimento licitatório?	365
236.	É lícita a formalização de contrato administrativo com data retroativa?....	365
237.	Qual o efeito jurídico-administrativo de o licitante vencedor do certame não assinar o termo de contrato no prazo de validade da proposta?	366
238.	É punível o licitante remanescente que, observada a ordem de classificação, desatenda à convocação para assinar o termo de contrato dentro do prazo de validade de sua proposta?.....	367
239.	Os contratos relativos a imóveis do patrimônio da União são regidos pela Lei nº 8.666/93?	367

CONTROLE

240.	Quem e quando pode representar aos órgãos de controle?	367
241.	A administração pública pode anular os atos administrativos que edite nos processos de licitação e contratação?.....	368
242.	Tribunais de Contas e órgãos integrantes do sistema de controle interno podem impor medidas corretivas à administração licitante, mesmo após a publicação do edital ou expedido o convite?	369

CREDENCIAMENTO

243.	O credenciamento configura hipótese de inexigibilidade de licitação?	369
------	--	-----

244. A contratação de leiloeiro, registrado na Junta Comercial competente, pode ser realizada por meio de credenciamento?376
245. É legal a utilização de credenciamento para a contratação de instituição financeira responsável por abertura e gerenciamento de conta-depósito vinculada, instituída pela Instrução Normativa nº 05, de 2017, do MPDG?377

CRITÉRIO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS

246. O edital da licitação deve estabelecer o critério de julgamento das propostas?.....378
247. O princípio da busca da proposta mais vantajosa, inscrito no art. 3º, *caput*, da Lei nº 8.666/93, vincula a administração pública a contratar o objeto pelo menor preço?379
248. Quais os critérios de julgamento de propostas admitidos em licitações?.....380
249. É admissível a oferta de taxa de administração negativa em licitações?387
250. Cabe remunerar o contratado por valor fundado em percentual incidente sobre o custo efetivo dos serviços prestados?.....389
251. É admissível a oferta de desconto linear sobre os itens que compõem a planilha de formação de custos?389
252. O critério de aceitabilidade de proposta baseado na maior oferta ou lance é admitido no pregão?393
253. Após a obtenção do preço médio resultante de pesquisa de mercado, é legal arbitrar um percentual a maior sobre o valor inicialmente estimado, para efeito de aceitação das propostas de preços?399
254. O tratamento tributário diferenciado, previsto na Lei nº 12.546/11, autoriza a adoção de dois orçamentos estimativos como critério de aceitabilidade de preços na licitação?.....400

DILIGÊNCIA

255. Diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do procedimento licitatório há de estar prevista em edital?401

EDITAL

256. A quem compete a elaboração do edital de licitação, nas modalidades da Lei nº 8.666/93 e na do pregão (Lei nº 10.520/02)?.....401
257. A quem compete a assinatura de edital de licitação?.....404
258. Há vantagens na utilização de minutas padronizadas de editais e contratos?.....404
259. Edital de licitação pode ser vendido pela administração?408
260. É lícito condicionar o fornecimento de edital somente àqueles que comparecerem ao órgão ou entidade licitante?409

261. Alterações introduzidas em edital publicado, sem afetar a formulação das propostas, devem ser divulgadas aos licitantes? 410

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS (ECT)

262. O serviço de logística, prestado pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), em caráter complementar aos previstos na Lei nº 6.538/78, pode ser contratado com base no art. 24, VIII, da Lei nº 8.666/93? 411
263. Quais as condições e cláusulas-padrão a serem observadas nos contratos firmados entre a administração pública federal e a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT)? 413

ENTIDADES DE MENOR PORTE

264. A omissão, em edital de licitação, de dispositivo atinente ao tratamento privilegiado que a lei defere a entidades de menor porte, impede a comissão de licitação ou o pregoeiro de aplicá-lo? 415
265. A comissão de licitação ou o pregoeiro pode conceder à entidade de menor porte prazo especial para suprir eventual restrição constante de documento de habilitação relacionado à comprovação de regularidade jurídica, qualificação técnica ou econômico-financeira, apresentado na licitação? 416
266. Aplica-se nas contratações diretas o tratamento privilegiado deferido por lei a entidades de menor porte? 417
267. Em licitações para participação exclusiva de entidades de menor porte, aplica-se o tratamento privilegiado previsto nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/06? 417
268. O direito ao desempate, previsto no art. 44 da Lei Complementar nº 123/03, aplica-se às licitações que utilizam critérios de julgamento baseados na melhor técnica, técnica e preço ou maior oferta? 418
269. O tratamento diferenciado e simplificado para microempresas e empresas de pequeno porte é aplicável somente em compras, à vista do disposto no art. 47, parágrafo único, da Lei Complementar nº 123/06? 419
270. É legítima a exigência de declaração de que microempresa ou empresa de pequeno porte cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/06, estando apta a usufruir de tratamento favorecido? 419
271. Quais as consequências da não apresentação, pelo licitante, da declaração prevista no art. 13, §2º, do Decreto Federal nº 8.538/15? 421
272. Microempresas e empresas de pequeno porte estão desobrigadas da apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, exigidos em edital de licitação, em face do disposto nos artigos 970 e 1.179, §2º, do Código Civil? 421

273.	Na hipótese de microempresa ou empresa de pequeno porte haver utilizado a prerrogativa de desempate, como deve proceder a comissão de licitação ou o pregoeiro para verificar se a sua receita bruta extrapola o faturamento máximo permitido como condição para o benefício?	423
274.	Comete fraude a licitante que se declara microempresa ou empresa de pequeno porte quando a sua receita ultrapassa o limite legal desse enquadramento, vindo a vencer o certame graças a tal declaração?	426
275.	Há crime na declaração falsa, produzida por entidade empresarial, de que cumpre os requisitos legais para a sua qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte?	431
276.	Em licitações divididas em itens, inclusive as processadas por meio do sistema de registro de preços, havendo item de valor estimado igual ou inferior a R\$80.000,00, reservar-se-á esse item à exclusiva participação de microempresas e empresas de pequeno porte, ou a soma que se fizer de todos os itens, vindo a ultrapassar R\$80.000,00, afasta a exclusiva participação dessas entidades?	433
277.	O benefício estipulado no art. 44 da Lei Complementar nº 123/06 estende-se a consórcio de empresas cuja soma dos faturamentos anuais extrapole o limite previsto no art. 3º, incisos I e II, da mesma Lei?.....	434
278.	Em que momento a comissão de licitação ou o pregoeiro aferirá a regularidade fiscal (e trabalhista) das microempresas e empresas de pequeno porte?	436
279.	Para a reserva da exclusiva participação de entidades de menor porte na licitação, prevista no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/06, é legítimo que o edital restrinja tal participação a empresas sediadas no estado da federação a que se vincule o órgão ou a entidade promovente da licitação?.....	437
280.	Em contratos administrativos cuja duração ultrapasse o exercício financeiro, como definir o valor estimado do objeto para o fim de avaliar-se a exclusiva participação de entidades de menor porte na respectiva licitação?	439
281.	Em licitações para o sistema de registro de preços, com item exclusivo para entidades de menor porte, o total de adesões a esse item levará em conta o teto de R\$80.000,00, ou cada adesão estará limitada a esse valor?	440
282.	Edital de licitação, cujo objeto seja a execução de obra ou a prestação de serviços, poderá exigir que o licitante vencedor subcontrate microempresa ou empresa de pequeno porte?	441
283.	Como se distingue a subcontratação do art. 72 da Lei nº 8.666/93	

	daquela do art. 48, II, da Lei Complementar nº 123/06?	443
284.	A administração pode efetuar pagamento diretamente à entidade de menor porte subcontratada?	446
285.	É dever jurídico da administração estabelecer, em suas licitações, a reserva de cota a empresas de menor porte?	446
286.	Alcançado o limite de 25% do valor do objeto, reservado a entidades de menor porte, fica a administração pública liberada de aplicar o disposto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/06, que prevê participação exclusiva dessas entidades em item da contratação que não ultrapasse R\$80.000,00 (oitenta mil reais)?	447

ESCLARECIMENTOS SOBRE O EDITAL

287.	O que são pedidos de esclarecimentos relativos a edital da licitação?	448
288.	É obrigatória a inserção, em edital de licitação, dos meios disponíveis para a formulação de eventuais pedidos de esclarecimentos?	449
289.	Qual o efeito jurídico da resposta a pedido de esclarecimento?	449
290.	Como deve ser a resposta a pedido de esclarecimentos?	450
291.	A resposta a pedidos de informações em processo de contratação administrativa pode ser objeto de cobrança pecuniária pela administração?	450
292.	É obrigatória a republicação do edital no caso deste vir a ser alterado por resposta a pedido de esclarecimentos?	451

ESTÁGIO PROFISSIONAL

293.	A administração, para o fim de aceitação de estagiários, pode firmar contrato com agente de integração, após o devido processo licitatório, ou celebrar convênio com instituições de ensino?	452
------	--	-----

FASE INTERNA DA LICITAÇÃO

294.	Em que consiste a fase interna do processo licitatório?	454
------	---	-----

ANEXO I	455
---------------	-----

FISCALIZAÇÃO

295.	O fiscal e o gestor do contrato exercem as mesmas atribuições?	459
296.	É possível a contratação da pessoa física ou jurídica que elaborou o projeto básico ou executivo para auxiliar a fiscalização ou exercer as funções de supervisão ou gerenciamento da execução do objeto contratado?	461
297.	Terceiro (pessoa física ou jurídica) pode ser contratado para fiscal de execução do objeto contratado pela administração?	462
298.	A contratação de terceiro (pessoa física ou jurídica), para subsidiar o	

	acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, deve ocorrer antes do início da execução do objeto?.....	462
299.	Em que momento o gestor do contrato deve designar o fiscal de sua execução?	463
300.	A administração pública deve estabelecer previamente as atribuições e responsabilidades do fiscal de execução do contrato?.....	464
301.	O adjudicatário também pode exercer a função de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de execução do contrato?	465
302.	O representante designado para acompanhar e fiscalizar a execução do objeto contratado pode recusar a designação ao argumento de que não conta com qualificação suficiente?.....	465

GARANTIA

303.	Quais são as garantias previstas na Lei nº 8.666/93?	466
304.	É possível exigir do adjudicatário, sem previsão em edital, a prestação de garantia contratual?	467
305.	A garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93 pode exceder a cinco por cento do valor do contrato?	467
306.	Qual a finalidade da garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93?	467
307.	Como deve proceder a administração se o valor da garantia contratual não for suficiente para cobrir o da multa aplicada?	468
308.	A validade da garantia contratual prevista no art. 56 da Lei nº 8.666/93 pode estender-se além da vigência contratual?	468
309.	É possível estabelecer no contrato que a garantia do art. 56 da Lei nº 8.666/93 cubra multas aplicadas pela administração, bem como obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pelo contratado?	469
310.	O edital, ao exigir a prestação de garantia contratual com base no art. 56 da Lei nº 8.666/93, pode flexibilizar o prazo de sua comprovação pelo adjudicatário?	470
311.	É possível exigir, em contratações diretas, a prestação de garantia do art. 56 da Lei nº 8.666/93?	471
312.	A caução em dinheiro, como modalidade de garantia, pode ser prestada de forma parcelada?.....	471
313.	Pode a administração substituir a modalidade de garantia contratual escolhida pelo contratado?.....	472
314.	Em que momento a garantia contratual pode ser considerada extinta?	472

GESTÃO CONTRATUAL – ASPECTOS GERAIS

315.	Constitui cláusula necessária de contrato administrativo a obrigação de o contratado manter, durante a execução do objeto, todas as condições
------	---

	de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93). Acaso omitida referida cláusula, a administração estaria isenta de verificar a manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no edital?.....	473
316.	Em edital de licitação para a execução de obra, constou a tabela SINAPI para a elaboração do orçamento estimativo, bem como para a análise e o julgamento das propostas. Durante a execução do objeto, a fiscalização observou que alguns dos serviços executados pela contratada não figuravam na planilha de formação de custos, nem a estes se refere aquela tabela. A empresa contratada faz jus ao pagamento desses serviços e, em caso afirmativo, como definir os seus respectivos valores?	473
317.	A permanência de bens adquiridos pela administração no estabelecimento do fornecedor, mesmo que amparada em contrato de depósito, significa efetiva entrega dos bens?.....	479
318.	É permitido à administração receber produto de marca diversa da ofertada pelo licitante vencedor em sua proposta?	481
319.	As alterações contratuais devem ser sempre formalizadas mediante termo aditivo?	482
320.	As alterações contratuais devem ser promovidas nos mesmos autos do processo da contratação, seja esta direta ou antecedida de licitação?.....	484
321.	É necessária a definição, no edital, das hipóteses de caso fortuito e força maior impeditivas da execução contratual, previstas no art. 78, XVII, da Lei nº 8.666/93?	485
322.	O que são alterações unilaterais de contrato administrativo?	486
323.	É exaustivo o rol de situações legais que autorizam alterações bilaterais de contrato administrativo?	487
324.	É possível substituir, na execução do contrato, a equipe técnica que o licitante vencedor indicou durante a licitação?.....	488
325.	Que efeitos gera sobre o valor do contrato a alteração bilateral que modifique o regime de execução, de preço global para preço unitário?	490
326.	Quais as consequências a que se expõe o contratado que se beneficia de alteração contratual sem autorização em lei, no edital da licitação ou no contrato?.....	491
327.	É possível introduzir alterações em obras e serviços contratado mediante o regime de empreitada por preço global?	492
328.	A administração pode retardar a execução de obra ou serviço contratado?	495

ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES DO OBJETO

329. O que se deve compreender por “valor inicial atualizado do contrato” (art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93)? 495
330. É admissível acréscimo ao objeto contratual, com base no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93, de modo a que o valor do contrato venha a ultrapassar o limite da modalidade licitatória adotada? 496
331. É legal a inserção, em edital de licitação ou contrato, de cláusula proibitiva da formalização de aditivo com base no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93? 498
332. Em caso de reforma de edifício ou de equipamento, qual deve ser o limite para supressão? 499
333. É possível acrescentar o objeto além do limite previsto no §1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93? 499
334. Como devem ser calculados os acréscimos e as supressões no mesmo contrato administrativo? 502
335. No caso de contratação do remanescente do objeto em razão de rescisão contratual, o acréscimo previsto no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 incide sobre o valor do saldo contratual ou sobre o valor do contrato original? 506
336. Quais atos administrativos e documentos devem, de ordinário, instruir as alterações contratuais com base no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93? 507
337. É possível acréscimo de objeto não previsto no edital da licitação? 510
338. O limite fixado no art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 é aplicável aos contratos de valor estimado? 513
339. A celebração de aditivo contratual de acréscimo ou supressão de serviço ou obra deve ser precedida de alteração do projeto básico? 515

GESTÃO CONTRATUAL – ALTERAÇÕES SOCIAIS

340. Alteração societária decorrente de fusão, cisão ou incorporação da empresa contratada dá causa à rescisão contratual? 515
341. A alteração do nome empresarial e a modificação do quadro societário da empresa contratada afetam a relação jurídico-contratual estabelecida com a administração pública? 518

GESTÃO CONTRATUAL – PAGAMENTO

342. Quais os limites que edital de licitação pode estabelecer para pagamento? 520
343. Quais as consequências decorrentes do não pagamento ao contratado? 520
344. É legítimo reter o pagamento ao contratado em razão de não manutenção, durante a execução, das condições de habilitação que aquele comprovou na licitação? 521

345.	A empresa contratada pode pagar ao seu profissional salário inferior ao constante da proposta de preços apresentada na licitação?.....	523
346.	Os órgãos e entidades da administração pública estão obrigados a exigir das empresas contratadas, por ocasião de cada pagamento, a apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas, prevista na Lei nº 12.440/11?.....	531
347.	Admite-se a compra de um bem, por meio de licitação ou contratação direta, oferecendo-se outro, inservível, como parte do pagamento do respectivo preço?	533
348.	É lícito à administração pública antecipar pagamento ao contratado?	534
349.	É lícita a inclusão de cláusula de antecipação de pagamento por meio de termo aditivo ao contrato que não a previa?.....	539
350.	É legítima a contratação sem previsão da devida remuneração ao contratado?	540
351.	A atestação pelo agente responsável, de que o objeto foi entregue nas condições exigidas no edital ou contrato, é condição para a realização de pagamento?.....	541
352.	Qual a finalidade do ato de liquidação da despesa?	543
353.	A administração pode reter pagamento devido ao contratado?	543
354.	É legítima a glosa ou a retenção de pagamento pela administração, referente ao valor de parcela de objeto rejeitado?	544
355.	A ausência de previsão, em edital ou contrato, impede a aplicação de glosa ou retenção de pagamento pela administração?	544
356.	O contratado pode pleitear, extinto o contrato, o pagamento de valores de atualização monetária e de multas nele previstas e não satisfeitas pela administração?	545
357.	Pode ser dispensada a cláusula de atualização financeira nos contratos administrativos?	547
358.	É devida correção monetária do valor a ser pago com atraso, na hipótese de omissão em edital ou contrato?.....	548
359.	Incidem juros moratórios por atraso de pagamento pela administração?.....	549
360.	A continuidade na prestação do serviço, depois de extinto o contrato, gera a obrigação de pagamento pela administração contratante?	550
361.	A administração pública pode deixar de efetuar o pagamento ao contratado em razão de nulidade do contrato?	551
362.	Declarada a nulidade da licitação por culpa do adjudicatário já contratado, pode a administração deste exigir a devolução de valores pagos pela execução do objeto?.....	553
363.	Cabe à concessionária suspender o fornecimento de energia elétrica a órgãos ou entidades públicas inadimplentes?	553
364.	O contratado que entrega objeto distinto daquele definido no edital faz jus a pagamento referente ao seu respectivo uso pela administração	

	contratante?	556
365.	Eventual encontro de contas (compensação) entre o crédito do contratado pela execução e o débito referente ao contrato pode ser formalizado por meio de apostilamento?	557
366.	O contratado deve restituir à administração o pagamento auferido, quando não comprovada a escorreita execução do objeto contratado, seja compra, obra ou serviço?	558
367.	Nos contratos administrativos, qual é o termo inicial da fluência dos juros moratórios por atraso de pagamento pela administração?	559
368.	É legítima a mensuração de resultados para o efeito de pagamento ao contratado?	560
369.	Adimplir com atraso induz sobrepreço?.....	561

GESTÃO CONTRATUAL – PRORROGAÇÕES

370.	A efetivação das prorrogações de prazos de início de execução, de conclusão e de entrega do objeto, previstas no art. 57, §1º, da Lei nº 8.666/93, depende de previsão no instrumento convocatório ou no contrato?	562
371.	É obrigação, para a administração contratante, a prorrogação de prazo prevista em lei e no contrato?	564
372.	A administração pode prorrogar o contrato, nas hipóteses dos incisos II, IV e V do art. 57 da Lei nº 8.666/93, sem previsão no edital ou no contrato?.....	566
373.	Deve a administração realizar pesquisa de mercado com o fim de verificar se há vantagem em prorrogar o contrato?.....	567
374.	A ausência de interesse do contratado em prorrogar prestação de serviços de natureza continuada autoriza a dispensa de licitação para a contratação de remanescente, com base no art. 24, XI, da Lei nº 8.666/93?	569
375.	Na prorrogação do prazo de vigência contratual de serviço contínuo, pode a administração ultrapassar o valor limite da modalidade licitatória adotada?	571
376.	É possível prorrogar, por prazo diverso do original, contrato de prestação de serviço contínuo?	573
377.	Quais são os atos e documentos necessários às prorrogações de contratos de serviços contínuos?	574
378.	Há hipóteses proibitivas de prorrogação de contrato de serviço contínuo?	576
379.	A locação de equipamento de fotocópia é enquadrável no inciso II ou IV do art. 57, da Lei nº 8.666/93?	578
380.	O limite estabelecido pelo art. 57, inciso IV, da Lei nº 8.666/93 refere-se à locação de qualquer tipo de equipamento e à utilização	

	de programas de informática?.....	580
381.	Há possibilidade de prorrogação automática de contrato administrativo?	580
382.	É possível a prorrogação de contrato de compra de combustível com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93?	581
383.	É possível prorrogar, com base no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, contrato de gerenciamento do fornecimento de combustíveis por rede credenciada?	581
384.	É possível realizar mais de uma prorrogação excepcional com base no §4º, do art. 57, da Lei nº 8.666/93?	583
385.	Quais os requisitos da prorrogação excepcional admitida pelo art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93?	583
386.	A prorrogação excepcional do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/93 exige anuência do contratado?.....	584

GESTÃO CONTRATUAL – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

387.	Como se distinguem reajuste, repactuação e revisão?.....	584
388.	A economicidade alcançada no certame licitatório deve ser preservada quando de alterações contratuais?	591
389.	Em repactuação de preços que vise a recompor o valor contratual em decorrência do aumento dos salários dos empregados da empresa terceirizada, a partir de qual evento é computado o prazo de doze meses para a primeira repactuação e para as repactuações subsequentes?	591
390.	O objeto que se contratar por valor abaixo do praticado pelo mercado justifica a adoção de medida de reequilíbrio econômico-financeiro?	592
391.	Diferenças entre os preços contratuais reajustados e os de mercado são suficientes para justificar o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato?.....	593
392.	A variação cambial pode ser considerada como fato gerador de reequilíbrio econômico-financeiro?	595
393.	Inflação monetária constitui álea extraordinária para o fim de autorizar a aplicação da teoria da imprevisão e conseqüente revisão de valor contratual?	596
394.	É admissível revisão de preços com o fim de compatibilizá-los com os praticados em outros contratos celebrados pela entidade contratante?.....	597
395.	A existência de elevações em preços de alguns itens do objeto pode ser relevada em face da inexistência de sobrepreço no valor total do contrato?.....	598
396.	Quais as providências que a administração deve tomar uma vez verificada a existência de sobrepreço em custos do contrato?.....	599
397.	Responde o contratado por manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro da relação contratual administrativa?	602

398.	Qual a consequência, para o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, da desoneração de determinado tributo incidente em planilha de formação de custos?.....	603
399.	A redução e a alteração de insumos de serviços, por parte do contratado, em desconformidade com o exigido no contrato, enseja a recomposição do preço?	606
400.	A participação nos lucros e resultados, em favor de empregados de empresas que prestam serviços à administração, pode ser invocada como justificativa para promover-se o reequilíbrio econômico-financeiro do respectivo contrato?.....	607
401.	A majoração da tarifa de transporte público (vale-transporte) enseja a repactuação do valor contratual?.....	609
402.	A falta de pedido expresso do contratado, antes da prorrogação contratual, induz preclusão do eventual direito à repactuação de preço?	610
403.	A antecipação da data base de acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho autoriza reequilíbrio econômico-financeiro do contrato?	617
404.	O reajuste do valor contratual é automático?.....	618
405.	Omissos o instrumento convocatório ou o contrato acerca do reajuste e seu índice, é possível aplicá-lo decorridos doze meses?.....	619
406.	Em contratos com duração inferior a doze meses, é lícito à administração estabelecer índice de reajuste?.....	621
407.	O reajuste pode ser formalizado por apostilamento?	622
408.	Nos contratos cujos preços são reajustados por agências reguladoras ou outro órgão oficial competente, deve-se respeitar a anualidade prevista na Lei nº 10.192/01?	623
409.	É passível de reajuste o contrato administrativo, na hipótese de o prazo entre a data da apresentação da proposta e a da sua assinatura ultrapassar doze meses?.....	624

HABILITAÇÃO – ASPECTOS GERAIS

410.	É legítima a exigência, no procedimento licitatório, de requisito de habilitação não previsto nos artigos 27 a 31 da Lei nº 8.666/93?.....	625
411.	Pode ser exigida, como requisito de habilitação, a comprovação de que o licitante é credenciado, homologado ou autorizado pelo fabricante do equipamento a prestar serviços de manutenção?	628
412.	Pode constituir requisito de habilitação exigência de caráter ambiental ou certificação de que o licitante cumpre critérios e práticas de sustentabilidade, emitida por instituições oficiais ou credenciadas?.....	630
413.	É legítima a exigência de requisitos relacionados ao objeto da licitação na fase de habilitação?	631

414.	Quais requisitos de habilitação podem ser exigidos na modalidade licitatória do pregão?	633
415.	Em convite para o fornecimento de bens para pronta entrega, e, independentemente da modalidade licitatória, na contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, desde que para pronta entrega ou até o valor previsto na alínea “a” do inciso II do <i>caput</i> do art. 23 da Lei nº 8.666/93, é possível dispensar toda a documentação de que tratam os arts. 28 a 31 da mesma Lei?	634
416.	Em licitações que envolvam cessão de mão de obra, é legal a exigência, no edital, de declaração relativa à segurança, à saúde, ao conforto, à higiene do trabalhador e à medicina do trabalho, expedida por Superintendência Regional do Trabalho?.....	635
417.	A existência de documento desatualizado, no sistema de registro cadastral, é motivo de inabilitação imediata do licitante?.....	636
418.	Deve ser exigido o reconhecimento de firma em documentos de habilitação?	637
419.	Envelopes de propostas devem ser devolvidos, fechados, aos licitantes inabilitados em definitivo?.....	638
420.	A existência de sanção vigente aplicada ao licitante, proibitiva de sua participação em licitação e de contratar com a administração, é causa de sua inabilitação?	639
421.	A comissão de licitação e o pregoeiro podem habilitar licitante se, ausente informação exigida pelo edital, a documentação entregue contiver de maneira implícita o requisito exigido?	640

HABILITAÇÃO JURÍDICA (ART. 28 DA LEI Nº 8.666/93)

422.	Entidade empresarial deve estar regularmente constituída para participar de licitação?	641
423.	A situação de “baixa” de empresa no Sistema CNPJ, da Receita Federal, significa o fim de sua personalidade jurídica?	642
424.	Configura fraude à licitação a inexistência fática da entidade empresarial?	642
425.	É eliminável o licitante cujo objeto societário não inclua o ramo do objeto da licitação?	643
426.	A habilitação jurídica é exigível em todas as licitações e contratações diretas?	646
427.	Qual o momento processualmente oportuno para se exigir a comprovação de ato de registro ou autorização para funcionamento de empresa licitante?.....	647
428.	A licença de operação, outorgada por órgão ambiental, constitui requisito de habilitação?.....	651
429.	Existindo lei que obrigue a licitante a contar com autorização para o	

	exercício de suas atividades, a não comprovação da existência desta no edital dá causa à inabilitação?.....	652
430.	Empresário individual pode participar de licitação?.....	653
431.	A administração pública deve exigir todos os documentos relativos à habilitação jurídica, elencados no art. 28 da Lei nº 8.666/93?.....	654

HABILITAÇÃO – REGULARIDADE FISCAL (ART. 29 DA LEI Nº 8.666/93)

432.	É exigível a comprovação de regularidade ou quitação fiscal de licitante ou adjudicatário?	655
433.	É possível à comissão de licitação ou ao pregoeiro habilitar licitante em situação irregular com a seguridade social?.....	656
434.	A administração pode exigir a comprovação de regularidade fiscal de cessionário, em cessões gratuitas ou onerosas de uso de bens imóveis?	658
435.	A proibição prevista no art. 195, §3º, da Constituição Federal alcança a pessoa física irregular com a seguridade social?	658
436.	Como deve efetivar-se a comprovação da regularidade fiscal prevista no inciso II do art. 29 da Lei nº 8.666/93?.....	661
437.	No caso de participar da licitação entidade empresarial filial, a prova de inscrição no cadastro de contribuintes e a regularidade com a Fazenda Pública, a que aludem os incisos II e III do art. 29 da Lei nº 8.666/93, deve ser desta ou da entidade matriz?	661
438.	A prova de regularidade fiscal prevista no inciso III, do art. 29, da Lei nº 8.666/93, abrange as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante?	663
439.	A indicação de bens à penhora em execução fiscal traduz regularidade com a Fazenda Pública?.....	665
440.	Como se efetiva a prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional?	666
441.	A comprovação de regularidade a que se refere o art. 29, III, da Lei nº 8.666/93, é dispensável nas contratações diretas em razão do valor (art. 24, I e II)?.....	667

HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (ART. 30 DA

LEI Nº 8.666/93)

442.	Pode haver discricionariedade do gestor na escolha dos requisitos de qualificação técnica?	668
443.	É legal a exigência de que profissional com habilitação técnica para execução de obra ou serviço assine a declaração de disponibilidade técnica?.....	669

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – REGISTRO OU INSCRIÇÃO NA ENTIDADE PROFISSIONAL

COMPETENTE (ART. 30, I, DA LEI

Nº 8.666/93)

444. Quando pode ser exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, prevista no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/93?.....670
445. É cabível a exigência de filiação em sindicato para o efeito de comprovação da qualificação técnica prevista no art. 30, inciso I, da Lei nº 8.666/93?675
446. É legítima a exigência, no instrumento convocatório, de comprovação de que o licitante está quite com a entidade profissional competente?.....675
447. É legal a exigência de averbação de atestado de capacidade técnica em registro de entidade de fiscalização profissional?677
448. É legítima a exigência de comprovação de registro ou inscrição no Conselho Regional de Administração (CRA)?681
449. É legal edital exigir que licitante apresente visto do conselho profissional do local do certame?.....683

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – COMPROVAÇÃO DE APTIDÃO PARA DESEMPENHO DE ATIVIDADE PERTINENTE E COMPATÍVEL EM CARACTERÍSTICAS, QUANTIDADES E PRAZOS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO (ART. 30, II, DA LEI Nº 8.666/93)

450. É lícita disposição editalícia exigente de que a licitante comprove haver atuado em objeto similar ao da licitação?685
451. É legal exigência de comprovação de execução pretérita de serviço, com qualidade superior ao objeto em licitação?686

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL E QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL

452. Qual a diferença entre qualificação técnico-profissional e qualificação técnico-operacional?.....687
453. A transferência de capacidade técnico-operacional entre pessoas jurídicas pode ser admitida no exame de qualificação técnica?692
454. A comprovação da qualificação técnica pode abranger tanto a comprovação de capacidade técnico-operacional quanto técnico-profissional?694
455. A capacidade técnico-operacional da empresa é afastada em razão de mudanças no seu quadro de responsáveis técnicos?695
456. É legítima a inabilitação de licitante que apresenta atestado de capacidade técnico-operacional com data posterior à de abertura do certame?.....697
457. É legal a exigência, para efeito de qualificação técnico-operacional, de experiência temporal mínima?.....697
458. A exigência de comprovação de capacidade técnica deve limitar-se,

	estritamente, às parcelas do objeto licitado de maior relevância técnica e de valor mais significativo, simultaneamente?	698
459.	É razoável a exigência, para fim de capacidade técnico-operacional, da comprovação de experiência em índice superior a cinquenta por cento dos quantitativos a executar?	699
460.	É legal a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional fornecido por pessoa jurídica com sede na cidade onde o objeto será realizado?	700
461.	É legal a exigência de atestado de capacidade técnico-operacional com limitação de tempo ou de época?	701
462.	A comprovação da capacidade técnico-operacional, nas contratações de serviços terceirizados, deve basear-se em atestados que demonstrem a habilidade da licitante em gestão de mão de obra em geral ou àquela pertinente à atividade a ser contratada?	701
463.	É legal admitir-se o somatório de atestados, para efeito de comprovação de qualificação técnico-operacional?	703
464.	A qualificação técnica do sócio, bastante para a realização do objeto em licitação, afasta a necessidade de comprovação da qualificação técnico-profissional da sociedade?	704
465.	É legal, para efeito de comprovação da capacidade técnico-profissional, a exigência de quantitativos mínimos, executados em experiência anterior?	705
466.	É legal a exigência de comprovação, para efeito de qualificação técnica, de tempo de experiência dos profissionais a serem disponibilizados pela licitante?	706
467.	É legal a exigência de número mínimo de atestados para fins de qualificação técnico-profissional?	707
468.	É legítima a exigência de que atestados de qualificação técnica sejam acompanhados de cópias das respectivas notas fiscais ou contratos?	708
469.	Na comprovação da capacidade técnico-profissional do licitante, nos termos do art. 30, I, §1º, da Lei nº 8.666/93, é exigível que o profissional de nível superior exiba título de especialização?	709
470.	Para fins de qualificação técnica, o profissional de nível superior do quadro permanente do licitante deve comprovar vínculo empregatício? ..	710
471.	O certificado do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H) pode ser exigido como requisito de qualificação técnica?	714

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – INDICAÇÃO DAS INSTALAÇÕES, DO APARELHAMENTO E DO PESSOAL TÉCNICO ADEQUADOS E DISPONÍVEIS PARA A REALIZAÇÃO DO OBJETO DA LICITAÇÃO (ART. 30, II, DA LEI Nº 8.666/93)

472.	É legal a exigência de comprovação de propriedade, pelo licitante, dos	
------	--	--

materiais, máquinas ou equipamentos que serão utilizados na execução do objeto?717

473. É exigível por edital que o contratado disponibilize, desde o momento da contratação, materiais ou equipamentos que só serão utilizados em etapas mais avançadas da obra ou serviço?718

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA – VISITA TÉCNICA OU VISTORIA (ART. 30, III, DA LEI N° 8.666/93)

474. A exigência de visita técnica ou vistoria constitui requisito de habilitação? 718
475. Quando é importante exigir visita técnica ou vistoria?720
476. Edital de licitação pode estabelecer visita técnica ou vistoria em caráter facultativo?722
477. A quem incumbe atestar a realização de visita técnica ou vistoria?726
478. É lícita a previsão editalícia de realização de visita técnica coletiva?727
479. Pode o edital exigir que a visita técnica seja feita por técnico do quadro permanente da entidade licitante?728
480. Pode o edital exigir que a visita técnica seja feita pelo mesmo técnico que responderá pela execução do objeto do contrato?729
481. Pode o edital exigir que o profissional da entidade licitante, responsável pela realização da visita técnica, seja um técnico da mesma área do objeto da licitação?730
482. É legal limitar a visita técnica a um dia?731
483. Visita técnica ou vistoria é compatível com a modalidade pregão?734
484. Pode o edital determinar que servidor público indicado pelo órgão licitador realize vistoria nas dependências de entidade licitante?735
485. A exigência de vistoria deve observar prazo mínimo entre a data de publicidade do edital e a data do recebimento das propostas?735

HABILITAÇÃO – QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – ASPECTOS GERAIS

486. É legal a exigência de declaração de idoneidade financeira para comprovar qualificação econômico-financeira?737
487. É legal a exigência de relação de compromissos assumidos pela entidade licitante como requisito de qualificação econômico-financeira?738
488. Quando o objeto licitado estiver dividido em lotes, os requisitos de qualificação econômico-financeira devem ser exigidos individualmente ou em relação ao total de lotes cumulados?739
489. É legítima a exigência de aposição de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) em documentos contábeis das licitantes?740

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – BALANÇO PATRIMONIAL (ART. 31, I, DA LEI N° 8.666/93)

490. É legal a exigência de balanço patrimonial do exercício anterior ao

	da licitação e anteriormente ao prazo previsto em lei para a sua apresentação?	742
491.	A definição dos índices de qualificação econômico-financeira exige fundamentação?.....	744
492.	Quais os índices de qualificação econômico-financeira usualmente adotados?	744
493.	É ato discricionário da administração admitir que licitantes inabilitados, por não apresentarem índices de qualificação econômico-financeira iguais ou superiores aos exigidos no edital, possam comprová-la por outros meios?.....	748
494.	É possível a adoção de critério único para a comprovação da qualificação econômico-financeira de licitantes, por meio de índices de liquidez?.....	750

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – CAPITAL MÍNIMO OU PATRIMÔNIO LÍQUIDO MÍNIMO OU GARANTIA (ART. 31, §2º, DA LEI Nº 8.666/93)

495.	Nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, podem ser cumuladas, para comprovação de qualificação econômico-financeira, exigências de patrimônio líquido, capital social e garantia de participação?	751
496.	No caso de compras para entrega futura e de execução de obras e serviços, o edital pode exigir a prestação de garantia contratual (art. 56 da Lei nº 8.666/93) pelo licitante vencedor, mesmo quando exigida na licitação, como requisito de qualificação econômico-financeira, a comprovação de patrimônio líquido, capital social ou garantia?.....	753
497.	Em contratos de longa duração, o valor do capital social mínimo ou do patrimônio líquido mínimo, exigido como requisito de qualificação econômico-financeira, deve corresponder a todo o período de vigência do contrato?.....	755
498.	É legal a exclusão da comprovação mediante índices contábeis de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), para fins de habilitação econômico-financeira, e em seu lugar adotar o edital apenas o percentual de patrimônio líquido, capital social ou garantia sobre o valor estimado do contrato?	758
499.	Pode o edital permitir à entidade licitante escolher entre capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo?	763
500.	É lícito ao edital exigir a demonstração de capital integralizado mínimo, como requisito de qualificação econômico-financeira de licitante?	763
501.	Quando deve ser comprovado pelo licitante atendimento à exigência de capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo?	765
502.	Deve ser admitida, para comprovar qualificação econômico-financeira, parcela de capital social integralizada com precatórios cujo pagamento	

esteja suspenso por decisão judicial?.....765

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – CERTIDÃO NEGATIVA DE FALÊNCIA OU RECUPERAÇÃO JUDICIAL

(ART. 31, II, DA LEI Nº 8.666/93)

503. É legal a exigência de certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo foro onde o contrato será executado, para o efeito de comprovação da qualificação econômico-financeira delicitante?766
504. É lícito exigir-se que os sócios de empresa licitante apresentem certidão pessoal negativa de falência ou recuperação judicial, ou de execução patrimonial?767
505. Sociedades empresárias em recuperação judicial ou extrajudicial podem participar de licitações?768

QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA – GARANTIA DA PROPOSTA (ART. 31, III, DA LEI Nº 8.666/93)

506. A apresentação de garantia de participação, prevista no art. 31, inciso III, da Lei nº 8.666/93, pode ser exigida antes da fase de habilitação?770

HABILITAÇÃO – DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR EM SITUAÇÃO DESAUTORIZADA (ART. 27, V, DA LEI Nº 8.666/93)

507. Pode ser exigida a apresentação de certidão negativa de infrações trabalhistas como requisito de habilitação, em substituição à declaração de que o licitante não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de que não emprega menor de 16 anos, salvo a partir de 14 anos de idade, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal de 1988?772
508. A declaração pertinente a trabalho de menores, prevista no Decreto nº 4.358/02, regulamentar da Lei nº 9.854/99, que acrescentou os incisos V ao art. 27 e XVIII ao art. 78 da Lei nº 8.666/93, deve ser exigida nas contratações diretas?774

HOMOLOGAÇÃO

509. Em que consiste o ato de homologação?775
510. De quem é a competência para o ato de homologação?776
511. O ato de homologação precede ou sucede o de adjudicação?776

IMPEDIMENTOS

512. Entidades qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) podem participar de processos licitatórios?777
513. É permitida a contratação direta de pessoa jurídica na qual haja

	administrador ou sócio com poder de direção, que mantenha relação de parentesco com o dirigente do órgão ou entidade pública contratante, ou com o responsável pela contratação?	782
514.	É admissível participação de pessoa jurídica em cujos quadros houver administrador ou sócio com poder de direção, que mantenha relação de parentesco com dirigente do órgão ou entidade pública licitante, ou com o responsável pela licitação?	788
515.	É admitida a participação em licitação de duas filiais de dada empresa, de empresa matriz e sua filial, de empresas coligadas, de empresas com sócios em comum ou de empresas cujos sócios tenham relação de parentesco?	795
516.	É legal a participação em licitação de empresa cujo sócio seja associado ao autor do projeto básico em outra sociedade empresarial?	806
517.	A relação de parentesco entre o sócio de empresa licitante e o autor do projeto básico caracteriza ilegal participação indireta deste na licitação?	808
518.	É permitida a participação de empresa cujo sócio seja também agente público do órgão licitante ou contratante?	809
519.	A vedação constante no art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93 alcança somente servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação?	811
520.	A norma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93 incide mesmo que na fase externa da licitação já não haja mais vínculo do servidor alcançado pela vedação?	812
521.	A inscrição no cadastro informativo de créditos não quitados do setor público federal (CADIN) obsta que a administração pública federal celebre contratos administrativos com o inscrito?	814
522.	Deputados e senadores podem manter relações contratuais com órgãos e entidades da administração pública?	818
523.	A não comprovação da regularidade fiscal impede a participação em licitação ou contratação com a administração pública?	823
524.	Entidades privadas sem fins lucrativos podem participar de licitações e contratar com a administração pública?	824
525.	É legal a celebração de contrato administrativo com entidade sindical?	828
526.	Pessoa física ou jurídica pode ser impedida de participar de licitação ou celebrar contrato administrativo por estar em litígio judicial com órgão ou entidade da administração pública?	829
527.	Penalidade administrativa impede a participação em licitação ou contratação com a administração pública?	830

IMPUGNAÇÃO A EDITAL

528.	A quem compete julgar impugnação a edital?	835
------	--	-----

529.	Qual é o prazo para a administração julgar impugnação a edital?	836
530.	Qual é o prazo para o pregoeiro julgar impugnação a edital?	837
531.	Pessoa jurídica também está legitimada a impugnar edital de licitação com base no art. 41, §1º, da Lei nº 8.666/93?	837
532.	Pode edital de pregão eletrônico exigir que a impugnação a suas normas seja encaminhada, exclusivamente, por meio do sistema operacional da modalidade?.....	838
533.	O segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação ou a abertura da sessão pública, no pregão, deve ser computado no prazo de impugnação ao edital?	839

INEXEQUIBILIDADE

534.	Como deve proceder a comissão de licitação ou o pregoeiro diante de indícios de ser inexequível a proposta?	840
535.	A proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro configura inexequibilidade e autoriza a desclassificação?	841
536.	Os critérios definidos no art. 48, inciso II, §1º, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 8.666/93 e na Instrução Normativa nº 5, de 2017, do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão autorizam a imediata desclassificação de proposta?	842
537.	A cotação, em planilha de formação de preços de licitante, de itens com presunção de inexequibilidade é motivo de desclassificação de proposta?	843

LICITAÇÃO

538.	Por que a administração pública é obrigada a realizar procedimento licitatório para a aquisição de bens, obras, serviços e alienações?	845
539.	É licitável a contratação de entidade para a prestação de serviços de assistência à saúde de servidores e empregados públicos federais?	847
540.	A administração pública está proibida de licitar e contratar nos três meses que antecedem o pleito eleitoral?	851
541.	A rapidez e a praticidade das contratações diretas são motivos aptos a justificar o afastamento da regra da licitação?	852

LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

542.	Quais as fontes legislativas em que se apoiam diretrizes e requisitos de sustentabilidade nas contratações administrativas?	853
543.	Devem as contratações administrativas ajustarem-se aos parâmetros de sustentabilidade, ainda que com reflexos na economicidade?	854
544.	Quais as tipologias de empreendimentos e atividades cujo licenciamento ambiental é da competência da União?.....	855
545.	É lícito a edital estabelecer características de eficiência energética a serem	

	atendidas por equipamentos a serem adquiridos pela administração pública?	856
546.	Constitui requisito de habilitação a exigência de Certificação FSC (Forest Steward Council) para o papel a ser empregado na confecção de material gráfico?	859
547.	Nas contratações de bens, serviços e obras, deve a administração pública estabelecer critérios de sustentabilidade ambiental?	860
548.	As contratações administrativas devem assegurar prioridade a produtos reciclados e recicláveis?	861

MARCA

549.	Edital de licitação pode indicar marca?	862
550.	É possível a exclusão de marca em edital de licitação?.....	863
551.	É admissível a especificação de marca em edital de licitação para compra de suprimentos ou peças de reposição, no período de garantia do equipamento?.....	864
552.	É legal a exigência de que cartuchos e toners sejam da mesma marca da impressora?	864
553.	É admissível, após a especificação do objeto no instrumento convocatório, com a indicação de marca como referência, estabelecer a aceitação de outro similar ou de melhor qualidade?	865

MARGEM DE PREFERÊNCIA

554.	Quando é aplicável margem de preferência nos processos de licitação?.....	867
555.	Quais são os decretos federais que disciplinam a aplicação de margem de preferência em licitações para a contratação de bens e serviços?	868
556.	Na hipótese em que o objeto da licitação envolver aplicação de margem de preferência, pode ser concedido tratamento privilegiado a entidades de menor porte?.....	871
557.	Aplicada a margem de preferência a produto nacional, é legítima a entrega de produto de origem estrangeira com desempenho e qualidade técnica equivalente ou superior ao nacional ofertado?	871

MODALIDADES LICITATÓRIAS DA LEI Nº 8.666/93

558.	Quais as diferenças entre as modalidades concorrência, tomada de preços e convite?.....	873
------	---	-----

MODALIDADE – CONCORRÊNCIA

559.	Cabe exigir o prévio cadastramento de licitantes na modalidade	
------	--	--

concorrência?.....874

MODALIDADE – CONCURSO

560. O concurso de que trata a Lei Geral de Licitações guarda correspondência com o concurso para investidura em cargo ou emprego público?874

MODALIDADE – CONVITE

561. O convite exige publicação no diário oficial e em jornal diário?.....877

562. Cabe proceder a duas ou mais licitações na modalidade convite, para objetos da mesma natureza, a serem executados na mesma localidade e na mesma época?.....878

563. Podem participar da licitação, na modalidade convite, interessados que não tenham sido formalmente convidados?879

564. É legítimo o envio de convite a empresas cujos sócios tenham vínculo de parentesco ou sócios em comum?.....879

565. A validade do convite exige a apresentação de no mínimo três propostas válidas?879

MODALIDADE – LEILÃO

566. Quais situações admitem a utilização da modalidade leilão?880

567. Todo bem a ser leiloado deve ser previamente avaliado?881

MODALIDADE – TOMADA DE PREÇOS

568. Editais de tomadas de preços devem explicitar a possibilidade de participação de licitantes não cadastrados?.....882

NEGOCIAÇÃO

569. Negociar com o licitante a redução do valor de sua proposta é compatível com as modalidades de licitação da Lei nº 8.666/93?.....882

570. Cabe utilizar valores de propostas desclassificadas como parâmetro para a negociação com o proponente classificado em primeiro lugar?.....883

571. Na modalidade pregão, em que fase deve ocorrer a negociação com o licitante?884

572. O licitante é obrigado a negociar com a comissão de licitação ou o pregoeiro?885

NEPOTISMO

573. É legal a contratação de parentes consanguíneos ou afins de servidores públicos para a ocupação de empregos nos quadros de empresas prestadoras de serviços terceirizados à administração pública?886

NULIDADE

574. Má-fé do contratado ou a concorrência deste para a nulidade do contrato exonera a administração da obrigação de indenizá-lo pelo que já houvesse executado? 889
575. O vício ocorrido na etapa de classificação das propostas ou na de habilitação dos licitantes induz a invalidade de todo o procedimento licitatório? 895
576. É nula a alteração verbal de contrato administrativo? 895
577. Qual é o prazo para a administração anular ato viciado de procedimento licitatório e qual o seu termo inicial? 898
578. Falhas no projeto básico ensejam a nulidade do procedimento licitatório e do contrato decorrente? 900
579. Assiste ao licitante o direito ao contraditório em razão do desfazimento de ato licitatório? 904
580. O risco de prejuízo ao erário justifica a convalidação de atos irregulares praticados no procedimento licitatório? 906
581. Configura nulidade do procedimento licitatório a prática de ato administrativo por agente público incompetente e a posterior homologação do certame pela autoridade competente? 911
582. A celebração do contrato convalida ato administrativo nulo praticado no curso do procedimento licitatório? 912
583. É nulo o procedimento licitatório em face do desrespeito ao prazo mínimo entre a publicação do aviso do edital e o recebimento das propostas? 913
584. É nula contratação direta com base no art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93, fracionada com o fim de contornar o dever geral de licitar? 914
585. A nulidade da contratação direta, quando comprovado que era devida a licitação, exime a administração pública de efetuar o pagamento ao contratado pelo que este houver executado? 915
586. É nulo o procedimento licitatório que não defina o objeto de modo claro e suficiente? 916
587. Enseja nulidade do certame licitatório o fato de edital e seus anexos termo de referência e minuta de contrato especificarem o objeto de modo discrepante? 917
588. É nula a licitação cujo edital diverge dos avisos publicados, quanto à data de recebimento das propostas? 918

OBJETO

589. Quais as cautelas que deve ter a administração na especificação do objeto da licitação e da contratação direta? 918
590. Pode o edital, na especificação do produto ou bem, descrever

	características que correspondam a modelo exclusivo de determinado fabricante?.....	926
591.	É legítima a aquisição de brindes pela administração pública?	929
592.	É lícita a utilização de cartão de visita por agente público?.....	930
593.	É legítima a realização de despesas com festividades?.....	931
594.	É legal a contratação de fornecimento de lanches, , refeições e coquetéis por órgão ou entidade pública?	932
595.	É legítima a realização de despesas com bebidas alcoólicas?	934
596.	Como definir a natureza contínua de um serviço?.....	935
597.	Aquisição de passagens aéreas configura prestação de serviços ou fornecimento de bens? Sendo prestação de serviços, pode ser caracterizada como de natureza continuada?	937
598.	A administração pública é obrigada a contratar o fornecimento de passagens aéreas por meio de agências de viagens?.....	940
599.	Nas licitações de livros didáticos ou para bibliotecas, é adotável modelo de aquisição por área de conhecimento, permitindo-se à administração demandá-los, por título, posteriormente?	942
600.	É legal a contratação de tarefas inerentes a categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos de entidade ou órgão da administração pública?.....	943
601.	É legítima a aquisição de veículo de luxo pela administração pública?	946
602.	É regular a contratação de seguro de responsabilidade civil para conselheiros, diretores e administradores de empresas estatais?	947
603.	Limpeza hospitalar constitui atividade compatível com limpeza predial comum?.....	948
604.	É lícito à administração contratar particular com o fim de promover a aproximação entre fornecedores e agentes públicos responsáveis por licitações?	949
605.	Em contratação de serviço, com fornecimento de peças e materiais, cabe ao contratado estimar a quantidade e os preços destes?	949

OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

606.	Qual a diferença entre obra e serviço de engenharia?	950
607.	Qual o critério de aceitabilidade de preço a ser adotado nas licitações de obras e serviços de engenharia?	953
608.	Em licitações de obras e serviços de engenharia, é possível a classificação de proposta por preço unitário superior ao obtido a partir da utilização de sistema referencial de preço oficial?	953
609.	É legítima a classificação de proposta formulada com base em taxa de encargos sociais de mão de obra acima da prevista no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI)?.....	955
610.	Em que consistem o <i>jogo de cronograma</i> e o <i>jogo de planilha</i> ?	956

611.	Nos contratos de obras, a administração pública responde, subsidiariamente, pelos encargos trabalhistas devidos pela empresa contratada aos empregados que utiliza na respectiva execução?	957
612.	A administração pública responde pelas obrigações para com a seguridade social devidas pelo executor de obra contratada?	959
613.	É objetiva a responsabilidade do contratado (empregado), pela solidez e segurança da obra durante o prazo de garantia legal?	960
614.	Havendo recusa ou omissão da empresa construtora em arcar com a garantia estabelecida no art. 618 do Código Civil, qual deve ser o procedimento da administração?.....	961
615.	Qual a interpretação adequada da norma do art. 40, XIV, "a", da Lei nº 8.666/93, nas contratações de obras de engenharia?	961
616.	A quem compete a elaboração de cronograma físico-financeiro?	962
617.	Em que consistem a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) e o Registro de Responsabilidade Técnica (RRT)?	964
618.	É lícita a abertura de processo licitatório para obras e serviços de engenharia sem a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), referente aos projetos básico e executivo, e ao orçamento?	966
619.	Deve existir Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente às planilhas orçamentárias de obra ou serviço de engenharia?	966
620.	A administração pública pode realizar licitação com base em projeto básico elaborado sem licença ambiental prévia?	967
621.	A execução de obra pública na vizinhança de coisa tombada exige autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?	969
622.	Materiais que desatendam a especificações técnicas ou que sofreram danos na execução de obra pública devem ser corrigidos pelo contratado?	969
623.	Confirmados problemas estruturais em obra recebida, quais as providências a serem adotadas pelo gestor público?.....	970
624.	O que deve observar a administração pública quando recebe, provisória e definitivamente, obras de engenharia?.....	970
625.	Em licitações de obra ou serviço sob o regime de empreitada por preço global, cabe excluir, na fase de julgamento de propostas, a limitação dos preços unitários cotados pelo licitante àqueles obtidos a partir de sistemas de custos de referência?	972
626.	A administração pode emitir autorização para início da obra com base, unicamente, em decreto de desapropriação?	973
627.	Quais são os componentes do orçamento de obra ou serviço de engenharia?	973
628.	Quais despesas podem ser definidas como indiretas e quais valores de cada componente do BDI são considerados aceitáveis?	974
629.	Valores pertinentes ao imposto de renda de pessoa jurídica (IRPJ) e à	

	contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) integram o cálculo do BDI?.....	976
630.	O BDI deve incluir todos os fatores de risco tidos como inerentes ao contrato?	977
631.	A inserção indevida de parcelas em BDI de obra pública pode ser relevada pela comissão de licitação?	977
632.	O preço de serviços aditados ao objeto contratado mediante termo deve ser calculado considerando as referências de custo e taxa de BDI?	978
633.	É necessário o detalhamento, nas propostas de preço, do percentual de BDI?	978

ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS

634.	Em licitação para a contratação de empresa especializada em organização de eventos, é legal a exigência de registro no Ministério do Turismo?.....	979
635.	Qual deve ser o critério de julgamento de propostas em licitação para a contratação de empresa especializada em organização de eventos?	980
636.	É admitido o uso da modalidade pregão nas contratações de serviço de organização de eventos?.....	980

PADRONIZAÇÃO

637.	O princípio da padronização é aplicável em todas as contratações administrativas?.....	981
------	--	-----

PARCELAMENTO DO OBJETO

638.	Quando a licitação for dividida em lotes/grupos, os requisitos de habilitação devem ser exigidos para cada lote/grupo individualmente ou em relação ao total de lotes/grupos?	982
639.	Qual a diferença entre parcelamento do objeto e fracionamento de despesa?	985
640.	Sendo viável tecnicamente a divisão do objeto, mas constatado que a medida pode representar prejuízo à economia de escala, ou seja, aumento dos preços das propostas, o que prevalecerá: a regra do parcelamento ou a licitação do todo?	991
641.	Serviços distintos devem ser licitados e contratados separadamente?	992
642.	É apropriado o agrupamento, num único item, de serviços de fornecimento de passagens aéreas, fluviais e rodoviárias?.....	993
643.	A decisão pelo parcelamento ou por seu afastamento deve ser motivada?	995
644.	Adotada a regra do parcelamento e decidida a realização de licitações distintas, como proceder à escolha da modalidade adequada?	1000
645.	Qual a vantagem proporcionada pela adjudicação por itens ou	

	lotes/grupos num mesmo edital de licitação?	1001
646.	A classificação orçamentária integra ou vincula a formação de lote/grupo?.....	1001
647.	Quais as cautelas que o gestor deve observar quando do parcelamento do objeto em lotes/grupos?	1002
648.	Em licitação para a prestação de serviços contínuos, visando atender a diversas unidades localizadas num mesmo município, subordinadas ao mesmo órgão público gestor, é possível adotar-se o tipo baseado no menor preço global, de que resultará a contratação de um único licitante para a execução do todo?	1013
649.	Em licitação para a prestação de serviços contínuos, visando a atender a diversas unidades localizadas em municípios distintos, subordinadas ao mesmo órgão público gestor, é possível adotar-se o tipo de licitação baseado no menor preço global, de que resultará a contratação de um único licitante para a execução do todo?	1015
650.	A cotação por quantitativo mínimo constitui regra no parcelamento do objeto?	1016
651.	Serviços que, em razão da especialidade, são habitualmente subcontratados atraem a regra do parcelamento?.....	1017
652.	A previsão em edital destinado à formação de consórcios afasta a restrição à competitividade decorrente do não parcelamento do objeto? ...	1018

PARECER JURÍDICO

653.	Qual a importância do parecer jurídico que analisa e aprova minutas de editais e contratos?	1020
654.	Quais as implicações decorrentes da ausência de prévia análise jurídica de minutas?	1021
655.	O exame e a aprovação de minutas de edital estendem-se às minutas de convite?.....	1022
656.	É possível não submeter minutas de editais à análise prévia da assessoria jurídica?	1022
657.	Em que consistem os “ajustes” mencionados no art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93?	1024
658.	A manifestação jurídica é obrigatória nas licitações e nas contratações diretas?	1025
659.	O parecer jurídico tem caráter vinculante?.....	1026
660.	A existência de parecer técnico exclui a necessidade de parecer jurídico sobre a licitação ou a contratação direta?.....	1028
661.	Após análise e aprovação preliminar de minutas de editais, contratos e ajustes, deve o processo administrativo retornar à assessoria jurídica para verificação do cumprimento das orientações emitidas no respectivo parecer?	1029

662. As dispensas de licitação em razão do valor devem ser encaminhadas à assessoria jurídica para o cumprimento do disposto no art. 38, VI, da Lei nº 8.666/93? 1030
663. A assessoria jurídica deve opinar a respeito de questão técnica? 1031

PATROCÍNIO

664. É licitável a contratação de patrocínio por órgão ou entidade pública a entidade privada, visando à promoção de evento?..... 1031

PESQUISA DE PREÇOS

665. Quais são as normas de caráter geral que dispõem sobre a observância dos preços praticados pelo mercado e a necessária elaboração de orçamentos pela administração pública? 1033
666. Há norma que discipline a realização de pesquisa de mercado? 1034
667. Tratando-se de obras e serviços de engenharia, como deve ser conduzida a pesquisa de preços? 1035
668. As tabelas oficiais de custos de obras e serviços de engenharia e de serviços e obras de infraestrutura de transportes são referenciais absolutos de preços? 1037
669. É válida pesquisa de preços por meio de consulta à Internet? 1038
670. É válida pesquisa de preços por meio telefônico ou eletrônico? 1039
671. Os valores obtidos por meio de pesquisa de preços inapta para refletir a realidade de mercado devem ser desprezados? 1039
672. A fixação do preço estimado ou do preço máximo admitido na licitação deve basear-se na média de preços consultados ou no menor dos preços obtidos em pesquisa? 1040
673. Os resultados da pesquisa de mercado devem constar nos autos do processo da contratação? 1041
674. Incumbe à administração pública lançar nos autos do processo os documentos comprobatórios de consulta de preços? 1042
675. Quais as consequências jurídicas da ausência de pesquisa de preços?..... 1042
676. É apropriado basear-se, exclusivamente, em três orçamentos colhidos de fornecedores, como fonte segura para a estimativa do preço do objeto da licitação ou da contratação direta?..... 1043
677. Como estimar o preço de mercado em contratação direta, na hipótese de fornecedor exclusivo? 1045
678. Quais os requisitos de pesquisa de preços eficiente? 1045
679. O art. 43, IV, da Lei nº 8.666/93 estabelece exceção à obrigatoriedade da pesquisa de preços, em razão da utilização da expressão “conforme o caso”? 1047
680. Qual a importância de designar agentes ou setores específicos para a

	realização de pesquisa de preços?.....	1047
681.	É legítima a comparação entre preços obtidos em licitações realizadas em momentos distantes, utilizando-se, para o efeito de pesquisa de preços, a aplicação de índice como fator de atualização?.....	1048
682.	De quem é a competência para verificar se houve recente pesquisa de preço e se esta observou critérios aceitáveis de aferição?.....	1048
683.	É necessária a pesquisa de preços quando existem normas ou informativos oficiais estabelecendo os limites de valores para as contratações?	1049
684.	Quais as implicações jurídicas decorrentes do superfaturamento de preço nas contratações diretas?	1049
685.	Cabe à administração pública questionar os custos tributários suportados pelo contratado, para o efeito de remunerá-lo?	1050
686.	As tabelas de honorários estabelecidas por conselhos profissionais constituem parâmetro para a aceitação de propostas em licitações?	1051
687.	Nas aquisições de bens cujos preços encontram-se em tabelas, como, por exemplo, peças para veículos, a pesquisa de preços pode basear-se exclusivamente nessa fonte de referência?	1051
688.	Qual o parâmetro adequado para a pesquisa de preços de medicamentos?	1052
689.	O Custo Unitário Básico (CUB) é adequado para estimar o valor de imóveis?	1053
690.	Qual a origem dos preços de referência nas compras de veículos?	1054

PLANEJAMENTO

691.	Toda licitação ou contratação direta exige planejamento?	1055
------	--	------

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE CUSTOS

692.	É obrigatória a adoção de planilha de formação de custos em licitações de serviços?.....	1059
693.	Planilha de formação de custos deve constar nos processos de contratação direta de obras e serviços?.....	1060
694.	Edital de licitação de obras e serviços de engenharia deve exigir dos licitantes a apresentação de planilha orçamentária?	1061
695.	É possível o ajustamento da planilha de formação de custos na modalidade pregão?.....	1062
696.	É obrigatória a inclusão em edital, do orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários?	1062
697.	É legítima a compensação de subpreço na planilha de formação de custos, integrante do contrato original, com sobrepreços verificados em termos aditivos?	1064

PLANO PLURIANUAL

698. O que significa Plano Plurianual (PPA)? 1065
699. Obras públicas, cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, devem ser incluídas no Plano Plurianual do ente federativo licitante?..... 1066

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA

700. A estipulação do prazo de validade de proposta pode ficar a cargo do licitante? 1066
701. O art. 6º da Lei nº 10.520/02 revogou o §3º, do art. 64, da Lei nº 8.666/93, quanto ao prazo de validade de proposta?..... 1067
702. Qual o termo inicial para a contagem do prazo de validade de proposta na modalidade pregão? 1068

PREGÃO – ASPECTOS GERAIS

703. É obrigatória a utilização da modalidade licitatória pregão pela administração pública, direta e indireta, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios? 1068
704. De acordo com a Lei nº 10.520/02, a utilização do pregão, no formato eletrônico, é obrigatória? 1069
705. Há norma, externa à Lei nº 10.520/02, que obrigue a administração a utilizar o formato eletrônico do pregão? 1070
706. A adoção do pregão presencial, sem estar justificada e comprovada a inviabilidade da forma eletrônica, enseja a nulidade do procedimento licitatório? 1072
707. O que são serviços comuns para o efeito de aplicação da Lei nº 10.520/02 (Lei do pregão)? 1075
708. Obras podem ser licitadas por meio da modalidade pregão? 1078
709. Bens e serviços de tecnologia da informação podem ser considerados comuns, para o efeito de utilização de pregão? 1080
710. Serviço de *call center* é considerado de natureza comum, para o efeito de utilização de pregão? 1083
711. Na modalidade pregão, é possível inabilitar licitante antes da abertura das propostas?..... 1084
712. É legal limitar, em edital de pregão, o número de lances por licitante? 1085
713. É possível no pregão, o chamamento simultâneo de licitantes para a apresentação dos documentos de habilitação? 1085
714. Quais os efeitos da não entrega da declaração de que o licitante cumpre os requisitos de habilitação? 1086
715. É legal a exigência de garantia da proposta, prevista no art. 31, III, da Lei nº 8.666/93, na modalidade pregão? 1087

716.	Na modalidade pregão, nos formatos presencial e eletrônico, o interregno mínimo entre a publicação do aviso de edital e a apresentação das propostas pode ultrapassar oito dias úteis?	1087
717.	No pregão, é possível a desistência de proposta?.....	1088
718.	No pregão, presencial ou eletrônico, é possível a conjugação de critérios e fatores de julgamento para a seleção da melhor proposta?	1088
719.	Quais são os atos que integram o procedimento da fase externa da modalidade pregão, no formato presencial?	1089
720.	Quais são os atos que integram o procedimento da fase externa da modalidade pregão, no formato eletrônico?.....	1095

PREGÃO ELETRÔNICO

721.	Os conselhos de fiscalização profissional devem adotar, na aquisição de bens e serviços comuns, a modalidade pregão, preferencialmente na forma eletrônica, nos termos do art. 4º, caput e §1º, do Decreto Federal nº 5.450/05?	1102
722.	No pregão eletrônico, deve o edital exigir que o licitante declarado vencedor encaminhe sua proposta, datilografada ou digitada, por meio do sistema operacional?.....	1103
723.	É legítima a previsão, em edital, de envio de propostas e anexos por e-mail, em substituição das ferramentas do sistema operacional do pregão eletrônico?	1104
724.	Nos pregões eletrônicos, o pregoeiro deve divulgar aos participantes os atos de suspensão e retomada do certame no sistema eletrônico?.....	1105

ANEXO II

725.	No pregão eletrônico, é legítima a utilização de software de remessa automática (“robô”) de propostas comerciais pelos licitantes?	1108
726.	É lícito ao edital estabelecer intervalo mínimo de valores entre lances?	1109

PRÉ-QUALIFICAÇÃO

727.	Em que consiste a pré-qualificação?	1110
728.	A ausência de complexidade do objeto afasta a pré-qualificação?	1111

PREPOSTO

729.	É dever jurídico do contratado designar um preposto durante a execução do contrato?.....	1111
------	--	------

ANEXO IV

PRERROGATIVAS

730.	A administração pública goza de prerrogativas nos contratos que celebra?.....	1112
------	---	------

PROCESSOS – LICITATÓRIO E DE CONTRATAÇÃO DIRETA

731.	A administração pública deve numerar e rubricar as páginas dos autos de processo de contratação, direta ou mediante licitação?	1112
732.	Quais as finalidades da autuação, da numeração e do protocolo do processo licitatório ou de contratação direta?	1114
733.	A solicitação do objeto deve instruir o processo licitatório e o da contratação direta?	1115

PROJETO BÁSICO

734.	Qual o conteúdo mínimo obrigatório do projeto básico de obra?.....	1116
735.	A administração pública pode valer-se, para nova contratação de obra ou serviço, de projeto básico integrante de licitação ou de contratação direta anteriores?	1121
736.	O elaborador de projeto básico deve possuir conhecimento técnico relacionado à natureza do objeto?.....	1122
737.	Tendo a administração contratado a elaboração de projeto básico a terceiro, a este também incumbe a pesquisa de preços de todos os custos unitários e global envolvendo o objeto da licitação?.....	1122
738.	Qual a finalidade do ato de aprovação de projeto básico?	1123

PROJETO EXECUTIVO

739.	O que distingue projeto básico de projeto executivo?	1124
740.	A elaboração de projeto executivo pode ser atribuída ao contratado?	1126

PUBLICIDADE

741.	A administração pública deve dar publicidade às compras que efetiva?	1127
742.	Qual a consequência decorrente da não publicação do extrato de contrato no prazo legal?	1124
743.	Qual a consequência da não publicação do instrumento convocatório da licitação?	1129
744.	Qual o prazo para a administração pública contratante providenciar a publicação resumida do contrato na imprensa oficial?	1129
745.	A publicidade pela imprensa oficial impõe-se inclusive quando a administração pública substitui o termo de contrato por instrumento equivalente?.....	1130
746.	Deve ser publicado o ato administrativo que autoriza a contratação direta, por dispensa ou inexigibilidade, e também o resumo do respectivo contrato?	1132

747. Cabe dispensar a publicação do resumo de contrato celebrado diretamente em razão do valor (art. 24, I e II, da Lei nº 8.666/93)? 1133
748. As aquisições caracterizadas por dispensa ou inexigibilidade de licitação, previstas nos arts. 24, inciso III e seguintes, e 25 da Lei nº 8.666/93, podem ser alicerçadas no art. 24, incisos I e II, quando seus respectivos valores enquadrarem-se nos limites estabelecidos nestes incisos? 1133

RECEBIMENTO DO OBJETO

749. Edital de licitação deve estabelecer condições para o recebimento do objeto? 1134
750. A quem compete receber o objeto contratado? 1135
751. Qual deve ser o procedimento do agente ou comissão responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, quando verificado, no prazo de recebimento provisório ou definitivo do objeto, que este desatende às especificações do projeto básico, do termo de referência ou do contrato? 1136
752. O contratado pode acompanhar os procedimentos de recebimento do objeto pela administração contratante? 1137
753. Qual o procedimento administrativo a ser adotado em face de entrega de objeto diverso do contratado? O recebimento definitivo libera o contratado de qualquer responsabilidade? 1137

RECURSO ADMINISTRATIVO

754. A supressão do prazo legal para a interposição de recurso é causa de nulidade do procedimento licitatório? 1139

RECURSO ADMINISTRATIVO – MODALIDADES CONVENCIONAIS DA LEI Nº 8.666/93

755. É admissível a exigência, em edital, de renúncia expressa ao direito de recorrer de decisões proferidas no curso do procedimento licitatório? 1140

RECURSO ADMINISTRATIVO – MODALIDADE PREGÃO

756. Na modalidade pregão, é de admitir-se recurso contra decisão que exclui do certame o interessado que não apresenta, na abertura da sessão, a declaração prevista no art. 4º, VII, da Lei nº 10.520/02, ou que desatende aos requisitos de credenciamento do art. 4º, VI? 1141
757. De quem é o juízo de admissibilidade de recurso, na modalidade pregão? 1142
758. O juízo de admissibilidade recursal pode avaliar o mérito, na modalidade pregão? 1142
759. Qual o significado jurídico do advérbio “motivadamente”, utilizado no art. 4º, XVIII, da Lei nº 10.520/02? 1143

760.	A não apresentação de razões escritas no prazo de três dias torna dispensável o julgamento do recurso?	1144
761.	Deve o pregoeiro disponibilizar aos recorrentes que o solicitarem quaisquer documentos e peças do processo licitatório?	1145
762.	O exercício do direito de manifestar a intenção de recorrer deve preceder a entrega da planilha de preços, em pregões sobre a contratação de serviços?	1145
763.	Qual deve ser, no pregão, o prazo mínimo para a manifestação da intenção de recorrer?	1146

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

764.	A previsão de recursos na lei orçamentária é suficiente para o cumprimento do disposto no inciso III, do §2º, do art. 7º da Lei nº 8.666/93?	1147
765.	Caso a execução do objeto estenda-se aos exercícios subsequentes, faz-se necessária a previsão das respectivas despesas no plano plurianual?	1148
766.	As despesas ordinárias e rotineiras da administração, previstas no orçamento e destinadas à manutenção das ações governamentais preexistentes, exigem o cumprimento do disposto nos incisos I e II, do art. 16, da Lei Complementar nº 101/00?	1149
767.	O que é considerada despesa irrelevante, para o efeito do disposto no art. 16 da Lei Complementar nº 101/00?	1157
768.	Deve constar no edital a origem dos recursos orçamentários para pagamento ao contratado?	1157
769.	O que é o empenho de despesa?	1158

REGIMES DE EXECUÇÃO

770.	Quais as características que identificam o regime de execução da empreitada por preço global e para quais objetos é ele indicado?	1158
771.	Quais as características que identificam o regime de execução da empreitada por preço unitário e para quais objetos é ele indicado?	1159
772.	Na empreitada por preço unitário, variações de quantitativos de serviços, para mais ou para menos, demandam a formalização de aditivo?	1160
773.	Quais as características que identificam o regime de execução da empreitada integral?	1161
774.	Quais as características que identificam o regime de execução da tarefa?	1161

RESCISÃO

775.	Quais são os dispositivos da Lei nº 8.666/93 que tratam da rescisão contratual e de seus efeitos jurídicos para a administração pública?	1162
776.	Quais as consequências decorrentes da rescisão unilateral de contrato	

	administrativo?	1164
777.	A decisão do gestor pela rescisão contratual, unilateral ou consensual, deve ser motivada?.....	1165
778.	Há requisitos necessários à rescisão contratual consensual?	1166
779.	O não cumprimento, o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos e a lentidão no cumprimento do objeto constituem motivos para a rescisão do contrato?.....	1166
780.	O atraso injustificado no início de obra, serviço ou fornecimento constitui motivo para a rescisão do contrato?	1167
781.	A paralisação do objeto, sem justa causa e prévia comunicação à administração, constitui motivo para a rescisão do contrato?.....	1168
782.	O desatendimento a determinações regulares da administração e o cometimento reiterado de faltas pelo contratado constituem motivos para a rescisão do contrato?	1169
783.	A dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado constitui motivo para a rescisão do contrato?	1169
784.	Alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa, que prejudique a execução do contrato, constitui motivo para a rescisão deste?	1170
785.	O descumprimento do disposto no art. 27, V, da Lei nº 8.666/93 constitui motivo para a rescisão do contrato?	1170
786.	A supressão do objeto por ordem escrita da administração constitui motivo para a rescisão contratual?	1170
787.	O atraso superior a noventa dias do pagamento devido pela administração constitui motivo para a rescisão contratual?	1171
788.	A não liberação, por parte da administração, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto, constitui motivo para a rescisão contratual?	1172
789.	A rescisão contratual por interesse público, prevista no art. 78, XII, da Lei nº 8.666/93, também exige prévio procedimento administrativo sujeito à ampla defesa e ao contraditório?	1173
790.	A aplicação de sanção administrativa que proíbe pessoa física ou jurídica de participar de licitação e contratar com o poder público (a declaração de inidoneidade do art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93, e o impedimento do art. 7º da Lei nº 10.520/02), exige a imediata rescisão de todos os demais contratos firmados entre a sancionada e a administração contratante?	1176
791.	Contrato extinto pode ser reativado?	1179
792.	O extrato da rescisão deve ser publicado?	1181
793.	A administração pode relevar a decretação de falência ou a instauração de insolvência civil do contratado, para o fim de manter o contrato	

	celebrado?	1182
794.	A recuperação judicial ou extrajudicial da contratada, no curso da execução do objeto, constitui motivo para a rescisão com base no art. 78, IX, da Lei nº 8.666/93?	1183
795.	Quais as implicações resultantes da suspensão da execução do objeto, por ordem escrita da administração, por período superior a cento e vinte dias?	1185
796.	A modificação do ato constitutivo da pessoa jurídica, com o propósito de dissolver a sociedade, resultando a extinção da personalidade jurídica anterior, seguida da criação de outra sociedade, enseja a rescisão do contrato?	1186
797.	O contratado faz jus a ressarcimento por prejuízos decorrentes de rescisão contratual?	1187
798.	Cabe recurso administrativo contra ato de rescisão unilateral de contrato?	1187

RESPONSABILIDADE

799.	A que esferas de responsabilidade estão sujeitos os agentes públicos em decorrência da prática de atos contrários à ordem jurídica, no âmbito dos processos de licitações e contratações administrativas?	1188
800.	Quais as responsabilidades decorrentes de orçamentos superestimados, elaborados pela administração?	1189

RESPONSABILIDADE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO

801.	A comissão de licitação responde por vícios no instrumento convocatório?	1191
------	--	------

RESPONSABILIDADE DA FISCALIZAÇÃO

802.	O fiscal do contrato pode ser responsabilizado, caso não seja qualificado para o desempenho das respectivas atribuições?	1193
------	--	------

RESPONSABILIDADE DO GESTOR

803.	Responde o gestor que designa fiscal do contrato e não lhe garante os meios necessários ao exercício de suas atribuições?	1194
------	---	------

RESPONSABILIDADE DO ORDENADOR DE DESPESAS

804.	A realização de pagamento indevido enseja a imputação de responsabilidade ao ordenador de despesas?	1195
------	---	------

RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO

805.	Há responsabilidade do parecerista jurídico e de seu superior hierárquico que lhe aprova o parecer?	1196
------	---	------

RESTOS A PAGAR

806. O que são restos a pagar? 1201
807. Qual o prazo prescricional para a cobrança de valores de despesas relacionados em restos a pagar não pagos, ainda que cancelados? 1202

SANÇÕES

808. A prerrogativa de aplicar sanções ao contratado constitui obrigação ou faculdade da administração? 1203
809. Qual o alcance dos efeitos da sanção de advertência, prevista no art. 87, I, da Lei nº 8.666/93? 1204
810. Qual o alcance dos efeitos da sanção de multa, prevista nos artigos 86 e 87, II, da Lei nº 8.666/93? 1205
811. A omissão, em edital ou contrato, do percentual da multa e de sua respectiva base de incidência desautoriza a aplicação da sanção? 1208
812. Há um devido processo para a aplicação de multa? 1208
813. Como pode ser efetivada a cobrança de multa aplicada ao contratado? 1209
814. A sanção de multa é cumulável com as demais sanções da Lei nº 8.666/93? 1210
815. Qual o limite percentual de multa compensatória? 1210
816. É cabível a impetração de mandado de segurança contra ato administrativo que aplicou multa a contratado? 1211
817. Os efeitos da sanção de suspensão temporária, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, alcançam toda a administração pública ou apenas o órgão sancionador? 1212
818. A extensão dos efeitos da sanção de suspensão, prevista no art. 87, III, da Lei nº 8.666/93, a toda a administração pública, de que resultou o afastamento de licitante do certame, é causa de anulação do procedimento licitatório ou do contrato decorrente? 1220
819. Qual o alcance dos efeitos da sanção de declaração de inidoneidade, prevista no art. 87, IV, da Lei nº 8.666/93? 1221
820. A quem compete aplicar as sanções previstas no art. 87, I, II e III, da Lei nº 8.666/93? 1223
821. As sanções do art. 87 da Lei nº 8.666/1993 convivem com aquelas previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, quando a modalidade licitatória utilizada for o pregão? 1224
822. Os efeitos da sanção aplicada à empresa matriz alcançam seus estabelecimentos filiados? 1225
823. Os efeitos das sanções dos incisos III e IV, do art. 87, da Lei nº 8.666/93 alcançam empresas contratadas, prestadoras de serviços públicos em

	regime de monopólio?	1226
824.	Qual o alcance da sanção prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão)?	1226
825.	A omissão, em edital de licitação, das sanções previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93, e, em edital de pregão, das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02, exime a administração pública de aplicá-las?	1229
826.	A aplicação das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/02 (Lei do pregão) depende da comprovação de dolo ou má-fé?	1230
827.	Em que momento ocorre a conduta considerada irregular prevista no art. 7º da Lei nº 10.520/02?	1231
828.	Quais os sistemas de registro existentes no âmbito da administração pública federal, para consulta a sanções aplicadas a pessoas físicas e jurídicas?	1234
829.	As sanções de impedimento de licitar e contratar com o poder público ensejam a imediata rescisão dos contratos celebrados com a pessoa física ou jurídica sancionada?	1236
830.	É possível a aplicação de sanção ao contratado mesmo depois de anulado o certame, ou a revogação da licitação impede a aplicação de sanção ao licitante?	1243
831.	O histórico de sanções sofridas pela licitante interfere no julgamento de sua habilitação?	1245
832.	A prática de ato irregular por aquele que não integra o quadro societário da empresa licitante, nem se apresenta munido de poderes para representá-la, justifica a aplicação desta?	1246
833.	A administração pode aplicar sanções à contratada após a rescisão do contrato?	1247
834.	O período durante o qual constou no sistema de registro a sanção de impedimento para contratar, deve ser computado a despeito da interposição de recurso contra a sanção, provido de eficácia suspensiva?	1248
835.	O procedimento para apuração e aplicação de sanção deve ocorrer nos autos do processo de contratação ou em autos apensados?	1249
836.	Qual a sequência de atos e documentos que, de ordinário, devem instruir o processo de apuração de responsabilidade de contratado, por descumprimento de obrigação contratual?	1250
837.	A declaração de inidoneidade de determinada empresa, prevista no art. 46 da Lei nº 8.443/93 (Lei Orgânica do TCU), pode ser estendida a outra empresa constituída pelos mesmos sócios, quando comprovado que esta última foi constituída com o propósito de burlar a referida sanção?	1253
838.	É aplicável sanção a licitante que, em pregão, não encaminha proposta	

- (planilha de formação de custos) após a fase de lances, quando tal providência é exigida no edital?..... 1256
839. Qual o prazo, e de que natureza, para a apuração de responsabilidade do contratado por descumprimento de obrigação contratual? 1256
840. É aplicável o instituto da detração no direito administrativo repressivo? Em sendo, qual o seu termo inicial? 1258
841. A continuidade na execução do objeto, após o encerramento da vigência contratual, e a falha em sua execução autorizam a aplicação de sanção ao contratado?..... 1259

SEGURO

842. Pode-se exigir, do licitante vencedor da licitação, a contratação de seguro como garantia, caso não entregue o bem à administração? 1260
843. A contratação de seguro pela administração pode dar-se mediante simples emissão de apólice? 1262
844. A contratação de seguro pela administração admite sucessivas renovações, na forma do art. 57, II, da Lei nº 8.666/93? 1262
845. É legal a intermediação de empresa corretora na contratação de seguro pela administração pública? 1263

SERVIÇO DE PUBLICIDADE

846. Qual a abrangência da Lei nº 12.232/10, que instituiu normas gerais sobre licitações e contratações de serviços de publicidade? 1264

SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS

847. É admitida a utilização da modalidade pregão para a contratação de serviços advocatícios? 1265
848. É configurável a inexigibilidade de licitação em contratação direta de serviços advocatícios? 1267
849. É legal a terceirização de atividades advocatícias previstas em plano de cargos de órgão ou entidade pública?..... 1273
850. A despesa relativa à contratação de advogado para atuar na defesa de dirigente pode ser custeada com recurso de órgão ou entidade pública? 1275
851. Advogado público de órgão ou entidade da administração pode atuar na defesa de seus dirigentes?..... 1276

SIGILO

852. Há processo de licitação sigiloso? 1278
853. A administração pode obstar a presença de cidadão ou licitante nas fases da licitação e durante a execução contratual?..... 1282

SIMPLES NACIONAL

854. É legal a vedação, no edital, de que entidades empresariais optantes do Simples Nacional participem da licitação? 1283
855. É legal que o edital proíba a participação, em licitação cujo objeto seja a cessão ou a locação de mão de obra, de entidades de menor porte que não fazem jus ao regime do Simples Nacional? 1284
856. A exclusão, após a data da apresentação da proposta, de empresa contratada do Simples Nacional, enseja a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato ou dá causa à sua rescisão?..... 1288
857. Em que hipóteses a microempresa ou a empresa de pequeno porte deixa de gozar do tratamento diferenciado previsto na Lei nº 123/06 e de usufruir do regime tributário do Simples Nacional? Como deve ser procedida a exclusão? 1289
858. A adesão ao Simples Nacional é necessária à classificação de empresas como EPP ou ME, fazendo jus aos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/06?..... 1292

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ASPECTOS GERAIS

859. Quais são as normas regentes do sistema de registro de preços? 1293
860. O que distingue a licitação convencional da licitação para o sistema de registro de preços? 1295
861. Estados e municípios podem realizar licitação para o sistema de registro de preços sem norma regulamentar própria?..... 1296
862. Órgão ou entidade pública estadual, municipal ou distrital pode participar de licitação federal de registro de preços? 1297
863. Quais as vantagens decorrentes da utilização do sistema de registro de preços para a administração pública? 1298
864. Há eventuais desvantagens do sistema de registro de preços para a administração pública? 1300
865. É possível a realização de licitação para registro de preços por órgão incumbido de gerenciar a ata de registro de preços para outros órgãos ou entidades públicas não participantes do certame? 1302
866. É válida a utilização de sistema de registro de preços para a aquisição de bens ou serviços e entrega ou prestação em diferentes unidades da federação? 1303
867. O edital de licitação de registro de preços deve fixar a quantidade total do objeto? 1305
868. O edital de licitação deve especificar o bem que a administração pretende adquirir por meio do sistema de registro de preços? 1306
869. O elenco do art. 3º do Decreto Federal nº 7.892/13 é taxativo ou exemplificativo? 1306
870. O sistema de registro de preços presta-se à contratação de serviços

	contínuos?.....	1310
871.	É apropriada a utilização do sistema de registro de preços para a contratação futura de serviço contínuo, com base no art. 3º, IV, do Decreto Federal nº 7.892/13?	1312
872.	A execução de reforma pode ser contratada mediante sistema de registro de preços?.....	1314
873.	O sistema de registro de preços presta-se à contratação, única e integral, do objeto registrado?.....	1316
874.	Em licitação para o sistema de registro de preços, quando a escolha da proposta basear-se no menor preço, qual o critério de aceitabilidade a ser fixado no edital?	1318
875.	O sistema de registro de preços é compatível com o tipo técnica e preço?	1319
876.	Quais as modalidades licitatórias compatíveis com o sistema de registro de preços?	1320
877.	É necessária a indicação de dotação orçamentária, nas licitações para o sistema de registro de preços?.....	1321
878.	Quando deve ser formalizado o termo de contrato, ou instrumento equivalente, no sistema de registro de preços?.....	1322
879.	O contrato pode ser aceito ou assinado após o prazo de validade da ata de registro de preços?.....	1324
880.	Quais as sanções legais que, sobrevindo à licitação, autorizam o cancelamento do registro do fornecedor?	1324
881.	Quais as cautelas a serem adotadas na aplicação do parcelamento previsto no art. 8º do Decreto Federal nº 7.892/13?	1331
882.	Qual é o órgão gerenciador do sistema de registro de preços e suas atribuições?.....	1335
883.	Qual é o órgão participante da licitação para o sistema de registro de preços e suas atribuições?	1336
884.	O órgão participante do sistema de registro de preços deve assinar a ata juntamente com o órgão gerenciador?.....	1337
885.	O que é órgão aderente (“carona”) no sistema de registro de preços?.....	1338
886.	Na licitação para o sistema de registro de preços, a estimativa do valor do objeto deve ser precedida de pesquisa de mercado? Sendo, quais devem ser as fontes de consulta?	1339
887.	Deve ser realizada, anteriormente a cada solicitação do objeto ao fornecedor registrado, pesquisa de mercado pelos órgãos gerenciador e participantes?	1342
888.	O que é intenção de registro de preços?.....	1342
889.	É possível estabelecer, no edital da licitação para o sistema de registro de preços, cotação de quantidade inferior à demandada?	1343
890.	Quando fixada no edital a possibilidade de apresentação de	

	quantidade inferior à demandada (cotação mínima), qual o seu efeito em relação ao órgão aderente (“carona”)?	1345
891.	A quem compete a análise jurídica de minutas de editais de licitação para o sistema de registro de preço?	1345
892.	Quais os requisitos que, de ordinário, devem integrar o edital de licitação para o sistema de registro de preços?	1346
893.	De quem é a competência para aplicar sanções ao fornecedor registrado em decorrência do descumprimento de obrigações previstas em ata de registro de preços?	1347
894.	A aplicação de sanções ao fornecedor registrado é autônoma entre os órgãos contratantes (gerenciador, participante e aderente)?	1348
895.	Item de licitação para o sistema de registro de preços, que não ultrapasse o valor estimado de R\$80.000,00, deve ser exclusivo à participação de entidades de menor porte?.....	1349
896.	Qual a diferença entre parcelamento do objeto e entrega parcelada?	1350
897.	A adjudicação pelo menor preço global por lote/grupo, em licitação processada segundo o sistema de registro de preços, autoriza a contratação futura de itens individualizados que o compõem?.....	1351
898.	Em que consiste o cadastro de reserva?	1355
899.	Em licitação para o sistema de registro de preços, havendo licitantes situados em localidades diversas, a pesquisa de preços deve considerar as diferenças de preços decorrentes da regionalidade?	1356
900.	É vantajosa a aquisição de objeto registrado em ata de registro de preços, após retomado o prazo que a suspendeu, por efeito de medida cautelar decorrente de ordem judicial ou de Tribunal de Contas?	1357

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

901.	A administração pública federal pode aderir a atas de registro de preços estaduais, municipais ou distritais, ou aderir a atas de registro de preços constituídas em licitações por entidades integrantes do Sistema S?.....	1357
902.	Órgãos e entidades da administração pública podem aderir a atas de registro de preços dos poderes legislativo e judiciário?	1360
903.	Quais são os documentos e atos administrativos que, de ordinário, devem instruir o processo de adesão à ata de registro de preços?	1361
904.	Um órgão pode solicitar adesão a item de ata de registro de preços por mais de uma vez?	1365
905.	É lícita a adesão a duas ou mais atas de registro de preços que contenham o mesmo item registrado?	1365
906.	Um órgão pode ser participante e aderente de uma mesma ata de registro de preços?.....	1365
907.	Órgãos gerenciador e participantes podem, durante o prazo de	

	validade da ata de registro de preços, aderir a outra ata, cujo objeto seja idêntico ao registrado em sua própria ata?.....	1366
908.	A adesão a ata de registro de preços deve ter a sua execução de forma parcelada ou de uma só vez?	1366
909.	O processo administrativo de adesão à ata de registro de preços deve ser encaminhado à análise da assessoria jurídica do órgão aderente (“carona”)?	1366
910.	Qual deve ser o limite de adesões em decorrência da exclusiva participação de entidades de menor porte na licitação, prevista no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/06? O total de adesões levará em conta o teto de R\$80.000,00, ou cada adesão estará limitada a esse valor, por aplicação do disposto no art. 22, §3º, do Decreto Federal nº 7.892/13?	1367
911.	A ausência de estimativa, em edital, das quantidades a serem adquiridas por órgão aderente, impede a adesão deste à ata de registro de preços?.....	1369
912.	A negociação de valores entre o órgão gerenciador e o fornecedor registrado alcança órgãos aderentes?	1371
913.	Em execução descentralizada de programa ou projeto, pode o órgão concedente obrigar os órgãos e entidades públicas convenientes que se sirvam, sempre que houver, de atas de registro de preços?.....	1372
914.	Entidades privadas, sem fins lucrativos, podem aderir à ata de registro de preços quando convenientes?	1374

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

915.	Estados, municípios e o Distrito Federal podem estabelecer, por meio de norma própria, prazo de validade de ata de registro de preços, distinto do fixado no art. 15, §3º, III, da Lei nº 8.666/93?	1375
916.	É aplicável a regra do art. 65, §1º, da Lei nº 8.666/93 para o fim de acréscimo em item de ata de registro de preços?.....	1376
917.	A validade de ata de registro pode ultrapassar o prazo de doze meses?	1377
918.	Qual o termo inicial do prazo de validade de ata de registro de preços?	1379
919.	O encerramento de ata de registro de preços efetiva-se somente quando esgotado o respectivo prazo de validade?	1379
920.	No caso de prorrogação de ata de registro de preços, dentro do prazo de sua validade, restabelecem-se os quantitativos inicialmente fixados na licitação?	1380
921.	O prazo de validade da proposta vincula-se ao prazo de validade da ata de registro de preços?	1381
922.	O prazo de vigência do contrato deve ater-se ao prazo de validade da ata de registro de preços?	1382
923.	Quais os requisitos mínimos a instruir a prorrogação do prazo de	

	validade de ata de registro de preços?	1383
924.	O extrato de ata de registro de preços deve ser publicado pelo órgão gerenciador?	1384
925.	É punível o licitante que se recusa a assinar a ata de registro de preços?.....	1384
926.	O órgão gerenciador pode utilizar, simultaneamente, duas atas válidas com preços registrados para o mesmo item?.....	1385
927.	Pode ser registrado mais de um fornecedor para o mesmo item licitado, em ata de registro de preços?	1386
928.	Deve o edital estimar os quantitativos mínimos e máximos a serem contratados durante o prazo de validade de ata de registro de preços?.....	1387
929.	Há preferência do fornecedor registrado em ata, em igualdade de condições com o vencedor de licitação realizada para o mesmo objeto?.....	1388
930.	Qual a diferença entre ata de registro de preços e contrato?	1389
931.	Os preços registrados em ata podem ser objeto de recomposição?	1391

SISTEMA S

932.	Os Serviços Sociais Autônomos sujeitam-se às regras da Lei nº 8.666/93, nas contratações de bens, obras, serviços e alienações?.....	1394
933.	As contratações no âmbito dos Serviços Sociais Autônomos devem observar os princípios constantes no art. 37 da Constituição Federal?	1397
934.	Os Serviços Sociais Autônomos podem instituir em seus regulamentos outras hipóteses de contratações diretas além das previstas na Lei nº 8.666/93?	1398
935.	Os Serviços Sociais Autônomos, integrantes do chamado Sistema S, estão obrigados a realizar concurso para a contratação de pessoal?	1400
936.	Os Serviços Sociais Autônomos podem beneficiar-se da hipótese de exceção à regra da licitação prevista no art. 17, I, 'e', da Lei nº 8.666/93?	1401
937.	Os Serviços Sociais Autônomos podem participar de licitações cujo objeto não esteja compreendido em suas finalidades institucionais?.....	1402
938.	Os Serviços Sociais Autônomos podem ser contratados por dispensa de licitação com base no art. 24, XXIV, da Lei nº 8.666/93?	1403

SOCIEDADES COOPERATIVAS

939.	Qual é a natureza jurídica das sociedades cooperativas?.....	1404
940.	É regular a participação de sociedades cooperativas em licitações ou a contratação direta dessas entidades?	1406
941.	O art. 3º, §1º, I, da Lei nº 8.666/93 está em contradição com o Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a Advocacia-Geral da União e, ainda, com o verbete 281, da Súmula	

	do Tribunal de Contas da União?	1408
942.	As sociedades cooperativas também são titulares do direito ao tratamento privilegiado previsto nos artigos 43 e 44 da Lei Complementar nº 123/06?.....	1409

SUBCONTRATAÇÃO

943.	É lícita a subcontratação para a execução de parte do objeto do contrato?.....	1409
944.	É admitida a subcontratação total do objeto da licitação?	1410
945.	A subcontratação parcial de serviços contratados necessita de expressa previsão no edital ou no contrato?	1412
946.	Em contratos administrativos, é legal a sub-rogação da figura do contratado ou a divisão das responsabilidades por ele assumidas, ainda que de forma solidária?.....	1415
947.	É legal a subcontratação da empresa autora do projeto básico pela empresa contratada para a execução de obra ou serviço, com a finalidade de elaborar o projeto executivo?	1418
948.	É lícita a subcontratação, no âmbito dos contratos celebrados por dispensa de licitação, com base no art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93?.....	1432
949.	É lícita a exigência, para o fim de habilitação, de experiência anterior em relação a serviço que será objeto de subcontratação?	1435
950.	No caso de subcontratação de parcela do objeto, a empresa contratada deve exigir da subcontratada comprovação de requisitos de habilitação?.....	1436
951.	Eventuais vantagens financeiras auferidas pelo contratado, decorrentes da subcontratação de cooperativa de trabalho, apesar de o contrato prever pessoal sob o regime celetista, representam prejuízo à administração contratante?	1441
952.	É possível a subcontratação de serviços de publicidade prestados por intermédio de agências de propaganda?	1442
953.	É possível a subcontratação de parte do objeto em contratos firmados com base na inexigibilidade de licitação do art. 25 da Lei nº 8.666/93?	1443
954.	A empresa vencedora de licitação, que firmou compromisso de subcontratação com empresa para o caso de consagrar-se vencedora da licitação, com estipulação de cláusula penal aplicável em caso de descumprimento, na hipótese em que a substitui por outra subcontratada, amparada em cláusula do contrato administrativo que permite a substituição, deve indenizá-la em razão do descumprimento do compromisso firmado?	1444

SUPERVISÃO DE OBRA OU SERVIÇO DE ENGENHARIA

955.	É possível incluir, no mesmo edital, a elaboração de projeto de engenharia e a prestação de serviço de supervisão da respectiva	
------	---	--

execução? 1446

SUPRIMENTO DE FUNDOS

956. Quais as hipóteses de despesas que autorizam adiantamento ou suprimento de fundos? 1447

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

957. Quais são os bens e serviços que podem ser considerados de informática e automação, para fins de contratação pela administração pública, e quais os diplomas regentes dessas contratações? 1449

958. Qual a classificação patrimonial de cartuchos de toner de impressora: material de expediente ou bem de informática? 1452

959. Em contratação de soluções de tecnologia da informação, é lícito ao edital da respectiva licitação fixar a remuneração da contratada por horas trabalhadas? 1454

960. É legal a exigência, na fase de habilitação, de certificação de qualidade nas contratações de bens e serviços de informática e automação? 1455

961. A licitação de bens e serviços de informática e automação, realizada na modalidade pregão, deve ser restrita a empresas que cumpram o Processo Produtivo Básico (PPB)? 1458

962. É juridicamente viável a aquisição de bens de informática, com a prestação de garantia por determinado período, mediante o pagamento integral no momento de sua entrega e aceitação? 1461

TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA

963. É possível aplicar a teoria da desconconsideração da personalidade jurídica no âmbito das licitações e contratações administrativas? 1462

964. Alteração social decorrente de fusão, cisão ou incorporação, promovida com o fim de contornar os efeitos de sanção administrativa, permite a desconconsideração da personalidade jurídica? 1466

TERCEIRIZAÇÃO

965. Quais as características da cessão de mão de obra? 1467

966. A prestação de serviços de transporte de passageiros, que envolva locação de automóveis com motorista, configura cessão ou locação de mão de obra? 1468

967. Quais as atividades que podem ser terceirizadas pela administração pública? 1470

968. A terceirização irregular pode causar prejuízos ao erário? 1473

969. Aplicam-se as disposições do Decreto Federal nº 2.271/97 aos contratos de terceirização de mão de obra no âmbito das empresas estatais? 1473

970. Há responsabilidade subsidiária da administração pública em decorrência do não cumprimento, por empresa terceirizada, das

- obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra? 1476
971. Quais devem ser as providências da administração pública para afastar eventual responsabilidade subsidiária pelo não cumprimento de obrigações trabalhistas por empresa terceirizada, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra? 1482
972. A administração pública (tomadora de serviços) pode ser responsabilizada pelo pagamento da remuneração dos empregados colocados à sua disposição por empresa de trabalho temporário contratada? 1486

TERMO DE REFERÊNCIA

973. Qual a diferença entre termo de referência e projeto básico? 1487
974. O termo de referência deve ser aprovado pela autoridade competente? 1488
975. A autoridade competente deve motivar o ato de aprovação de termo de referência? 1488
976. Quais os requisitos que, de ordinário, devem constar no termo de referência destinado à contratação de compras e serviços contínuos e não contínuos, por meio de pregão? 1489

TIPOS DE LICITAÇÃO

977. É possível a composição de outros tipos de licitação, além dos previstos na Lei nº 8.666/93, para o julgamento de propostas? 1493

TIPO DE LICITAÇÃO

TÉCNICA E PREÇO

978. Em que hipóteses é admitida a utilização do critério de aceitabilidade de proposta que combina técnica e preço? 1494
979. No tipo de licitação que combina técnica e preço para julgamento de propostas, pode-se utilizar critério técnico baseado, unicamente, em experiência anterior do licitante? 1499
980. A administração pública deve estabelecer critérios de atribuição gradual de notas a propostas técnicas, em licitações do tipo técnica e preço? 1500
981. A limitação das propostas de preço ao orçamento de referência da licitação é aplicável também às licitações do tipo técnica e preço? 1500

TIPOS PENAS DA LEI Nº 8.666/93

982. Para a caracterização do crime previsto no art. 89 da Lei nº 8.666/93, é imprescindível a comprovação de dolo? 1501
983. Incide a agravante genérica do art. 61, II, "g", do Código Penal, nos

	crimes previstos nos artigos 89 e 92 da Lei Geral de Licitações?.....	1506
984.	Configura <i>bis in idem</i> a condenação pela prática da conduta tipificada no art. 90 da Lei nº 8.666/93, em concurso formal com a do art. 96, I?	1507
985.	Os crimes previstos nos artigos 89 e 92 da Lei Geral de Licitações sujeitam seus autores à perda de cargo, emprego, função ou mandato eletivo?	1509

TRIBUNAIS DE CONTAS

986.	As decisões do Tribunal de Contas da União vinculam os administradores dos poderes dos estados, do Distrito Federal e dos municípios?	1511
987.	Representação a Tribunal de Contas, contra irregularidades em processo licitatório, está limitada ao prazo do §2º, do art. 41, da Lei nº 8.666/93?	1511
988.	A aplicação, pelo Tribunal de Contas da União, da sanção de declaração de inidoneidade para participar de licitação no âmbito da administração pública federal, prevista no art. 46 da Lei nº 8.443/92, depende da ocorrência de dano ao erário?	1512

VIGÊNCIA CONTRATUAL

989.	Em todo contrato administrativo deve ser fixado prazo de vigência?	1514
990.	Qual a regra aplicável à duração dos contratos administrativos?	1516
991.	Em relações contratuais formalizadas por meio de nota de empenho, em que se estabeleceu a entrega imediata e integral do bem adquirido, é possível aditá-la após o cumprimento da obrigação pelo contratado?	1517
992.	O prazo de duração do contrato deve abranger o período de garantia legal ou contratual do objeto?.....	1518
993.	O cômputo do prazo inicial de vigência do contrato e das possíveis prorrogações deve ser o critério adotado para a escolha da modalidade licitatória pertinente, para o enquadramento da contratação direta com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, e para a concessão da exclusiva participação de entidades de menor porte no certame?.....	1520
994.	É possível aditar o contrato cujo prazo de vigência expirou?.....	1522
995.	A vigência dos contratos em que a administração pública figure como locatária está sujeita ao limite de sessenta meses previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93?	1524
996.	Em contrato de natureza continuada, pode ser estabelecido prazo inicial de vigência superior a doze meses?	1525
997.	Em contrato de natureza continuada, pode ser estabelecido prazo inicial de vigência único de sessenta meses?.....	1527
998.	O prazo de vigência de contrato de fornecimento de bens pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrado?.....	1530

999.	O contrato de compra pode ter prazo de vigência na forma estatuída pelo art. 57, II, da Lei nº 8.666/93?	1531
1000.	É permitido à administração pública estabelecer prazo de vigência indeterminado em seus contratos?	1533
GUIAS, MANUAIS E CARTILHAS		1537
REFERÊNCIAS		1541

